

**Didier Té**

**Nação e desenvolvimento na Guiné-Bissau:  
as contribuições do Instituto Nacional de Estudos e  
Pesquisa e da Soronda: revista de estudos  
guineenses**

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Étnicos e Africanos.

---

**Orientador:** Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo

**Salvador  
2020**

**Didier Té**

**Nação e desenvolvimento na Guiné-Bissau:  
as contribuições do Instituto Nacional de Estudos e  
Pesquisa e da Soronda: revista de estudos  
guineenses**

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Étnicos e Africanos.

Aprovada em 9 de abril de 2020

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo  
Pós-Afro / UNILAB

---

Prof. Dr. Valdemir Donizete Zamparoni  
Pós-Afro / UFBA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Godinho Gomes  
Pós-Afro / UFBA

---

Prof. Dr. Luís Tomás Domingos  
UNILAB / UFC

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Té, Didier

Nação e desenvolvimento na Guiné-Bissau: as  
contribuições do Instituto Nacional de Estudos e  
Pesquisa e da Soronda: revista de estudos guineenses  
/ Didier Té. -- Salvador, 2020.

90 f. : il

Orientador: Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo.  
Dissertação (Mestrado - Estudos Étnicos e Africanos)  
-- Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2020.

1. Guiné-Bissau-História - 1974-. 2. Instituto  
Nacional de Estudos e Pesquisa . 3. Soronda: Revista  
de Estudos Guineenses. 4. Nação . 5. Desenvolvimento  
social . I. Baqueiro Figueiredo, Fábio. II.  
Título.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, agradeço aos meus ancestrais, pela benção e a proteção ao longo de pouco mais seis anos fora casa, residindo no Brasil em busca do conhecimento acadêmico. Presto um sincero agradecimento a minha família, em especial minha mãe Maria da Graça da Silva Té, e a todos que me apoiaram financeira e moralmente nesta longa jornada e trajetória árduas que levo comigo para Guiné-Bissau como um grande aprendizado que vivi ao longo da minha vida.

Aqui não cabe registrar palavras de agradecimento de que gostaria de dirigir ao Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo, mesmo assim agradeço-lhe pela paciência e vontade demonstrada desde a primeira hora em orientar o meu trabalho durante estes vinte e quatro meses da vigência da bolsa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq, especialmente o Programa de Estudantes de Convênio de Pós-graduação (PEC-PG), agradeço muito de fundo do meu coração pela oportunidade de financiamento que me foi concedida para desenvolver a minha pesquisa no âmbito do mestrado.

À Universidade Federal da Bahia (UFBA), em especial o Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro), e aos seus professores doutores com quem tive aprendizados em suas aulas, e aos meus colegas alunos dirijo meu agradecimento e levo comigo lembranças dos momentos felizes vividos no Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO-UFBA).

## **Resumo**

O presente trabalho busca compreender de que forma diferentes pesquisadores lidaram com a relação entre nação e desenvolvimento na Guiné-Bissau pós-independência, por meio da produção da *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*. Será traçado um breve histórico sobre a fundação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) e sobre a publicação da *Soronda*, buscando identificar e avaliar a importância do debate sobre nação e desenvolvimento no conjunto da produção da instituição e de seu periódico, destacando os principais temas, caracterizando os mais relevantes intervenientes no debate e acompanhando o fluxo de publicações em contraste com os processos políticos, econômicos e sociais que se desenrolaram ao longo do período estudado na Guiné-Bissau, no continente africano e no mundo de modo geral. A partir de um *corpus* de contribuições selecionadas, e em contraste com uma bibliografia secundária que aborda a produção intelectual africana no pós-independência, será analisado o tratamento dado aos temas da nação e da identidade nacional, os problemas relativos à unidade nacional, e a relação entre Estado e desenvolvimento.

### **Palavras-chave:**

Guiné-Bissau – História – 1974-

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Guiné-Bissau)

*Soronda: Revista de Estudos Guineenses*

Desenvolvimento social

Identidade nacional

Etnicidade

## **Abstract**

This work seeks to understand the ways in which different researchers coped with the relation between Nation and development in post-independence Guinea-Bissau, resorting to the works published in *Soronda: Revista de Estudos Guineenses* (journal of Guinean studies). A brief background of the establishment of the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (National Instituto of Studies and Research, INEP) and of the publishing of *Soronda* will be sketched, in a bid to identify the relevance of the discussions around Nation and development within the global concerns of the INEP and *Soronda*, stressing the main themes, qualifying the most relevant contributors, and following the publication flux in regard of the political, economical, and social processes that developed along this period in Guinea-Bissau, in the African continent, and in the world more broadly. Dwelling on a corpus selected contributions, and in view of a secondary bibliography dealing with post-independence African intellectual production, the treatment given to the issues of Nation and national consciousness, the problems related to national unity, and the relation between State and development will be analyzed.

### **Keywords:**

Guinea-Bissau – History – 1974-  
Guiné-Bissau. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa  
*Soronda: revista de estudos guineenses*  
Social development  
National consciousness  
Ethnicity

## Lista de abreviaturas

AFDL	Aliança das Forças Democráticas pela Libertação do Congo
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BICT	Boletim de Informação Científica e Técnica
BISI	Boletim de Informação Sócio-Econômico
CDT	Centro de Documentação Tecnológica
CEHC	Centro de Estudos de História Comparada
CESE	Centro de Estudos Sócio-Econômicos
CETA	Centro de Estudos de Tecnologia Apropriada
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNL	Frente de Libertação Nacional (Argélia)
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
INIC	Instituto Nacional de Investigação Científica
OUA	Organização da Unidade Africana
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Países Menos Avançados
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

# Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>1 Pensando a nação e o desenvolvimento na Guiné-Bissau: o INEP e a Soronda.....</b>	<b>15</b>
1.1 O desabrochar da produção acadêmica na Guiné-Bissau.....	15
1.2 Opções políticas e formação de quadros na África.....	28
<b>2 O debate sobre nação e desenvolvimento.....</b>	<b>47</b>
2.1 A nação e a identidade nacional bissau-guineense.....	48
2.2 Primeiras bases sociais da nação guineense.....	62
2.3 Estado e Desenvolvimento em África: o caso da Guiné-Bissau.....	73
<b>Considerações finais.....</b>	<b>85</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>87</b>

## **Introdução**

---

A Guiné-Bissau é um pequeno país da África Ocidental, um dos exemplos dos países da língua oficial portuguesa que conquistaram sua independência pela via da luta armada, cujo processo durou pouco mais de uma década.

Os primeiros protagonistas deste processo foram as camadas sociais majoritariamente urbanas, conhecidas como crioulas, que assumiram a liderança da mobilização nacionalista na década de 1950, e mais tarde a direção política do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), ao qual se vincularam outros grupos sociais, urbanos e rurais, e indivíduos de diferentes origens étnicas. Esta hegemonia crioula sobre a estrutura do regime de partido único implantado no pós-independência não resistiu ao golpe político-militar ocorrido em 1980, comandado pelo então General João Bernardo “Nino” Vieira. Essa reviravolta institucional significou uma primeira reestruturação do balanço interno de poder, alçando aos órgãos dirigentes representantes de outros grupos sociais, que tinham na sua participação pregressa na guerra de libertação (muitas vezes de natureza militar) sua principal fonte de legitimidade, e nas populações “étnicas” dos meios rurais, com boa representação no exército nacional, sua principal base de apoio político.

Ao pensar a história política ou social guineense, em suas diferentes fases, é indispensável considerar as camadas crioulas como um dos elementos centrais da análise, devido ao papel ambivalente que desempenharam no passado, do período pré-colonial à colonização portuguesa, e no pós-independência. Trata-se da primeira base social da mobilização emancipacionista e o grupo que conferiu os mais destacados mentores ao projeto da futura nação guineense, que iria se construir a partir da conquista da soberania política. É também o grupo que se colocou em posição de implementar os projetos do desenvolvimento orientado pelo Estado que, em grande medida, dirigia.

As camadas sociais crioulas são aquelas que, de certo modo, se distanciam da população étnica das tabancas (aldeias). Trata-se de um grupo heterogêneo, seja em termos da língua e da cultura de origem, seja em termos do grau de ressignificação de suas raízes culturais e identitárias. Como elemento unificador figura sua relação histórica com o “mundo atlântico” constituído entre os séculos XV e XIX pela expansão marítima europeia, que incorporou partes importantes da África e da América a um espaço de trocas desiguais de cunho demográfico, comercial, cultural e político, marcado pelo escravismo e pelo tráfico de africanos escravizados. Ao longo desses séculos, as parcelas que constituíram essas camadas sociais foram denominadas de diversas formas: “lançados” ou “tangomãos”, “grumetes”, “cristãos da terra”, “brancos da terra”, ou ainda “filhos da terra cristãos”. Os “lançados” ou “tangomãos” eram quase sempre brancos nascidos em Portugal ou Cabo Verde que se radicavam no litoral da Senegâmbia, de iniciativa própria ou por força de degredo, estabeleciam relações com as sociedades locais, geralmente por meio de casamentos, e passavam a se dedicar ao comércio, intermediando as relações entre o oceano e o interior. Já os “brancos da terra” eram os mestiços, fossem nascidos em Cabo Verde, fossem nascidos na Guiné, ao passo que os “filhos da terra cristãos” ou “grumetes” eram os negros cristianizados que viviam nas “praças”, como eram referidos os pequenos espaços de soberania portuguesa em terra firme na região da Senegâmbia, muitas vezes à sombra de uma fortaleza – como Cacheu, Bolama ou Bissau. Em termos de origem, pode-se afirmar que uma parcela dos crioulos era proveniente de Cabo Verde – trabalhadores, militares, comerciantes ou degredados – e a outra era originária das próprias comunidades locais em contato com as redes comerciais atlânticas. Essas populações conseguiram se estabelecer como intermediários indispensáveis nas trocas comerciais que se faziam entre o Atlântico e a Senegâmbia, embora haja também registro de populações que permaneceram “étnicas”, como os bijagós e os papeis, que também participaram ativamente do comércio transoceânico carregado nos navios europeus (ver RIBEIRO, 1989).

Conforme dados do censo geral de 1950, a Guiné contava com uma população composta por 34% de islamizados e 48% de não islamizados (ou animistas, segundo a designação etnográfica então vigente), sendo os demais contabilizados como cristãos. Dentre as populações não islamizadas destacavam-se numericamente os balantas (27%), manjacos (11%), e papeis (10%), localizados no litoral. Dentre os povos islamizados, eram a maioria os fulas (22%) e mandingas (12%), situados mais para o interior do território guineense.

Ainda na década de 1950 o país estava dividido em categorias jurídicas de “civilizados” e “não civilizados” (ou “indígenas”). Os africanos que pudessem provar sua adesão à cultura portuguesa eram considerados a ela “assimilados” e, para todos os efeitos, contabilizados entre os “civilizados”. Entretanto, essas categorias legais se cruzavam a uma hierarquia racial que condicionava as possibilidades e os espaços sociais de cada um – um mundo dividido quanto à cor em brancos, mestiços e negros. Essa distinção, corporificada no diploma legal conhecido como Estatuto do Indigenato (e que teve várias versões ao longo do século XX), era válido para Angola, Moçambique e Guiné-Bissau; as populações de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe eram reconhecidas como civilizados por excelência em relação aos demais territórios coloniais africanos sob domínio português (MENDY, 2012).

Na Guiné, em 1950, a população civilizada era de 8.320 indivíduos, correspondente a 1,6% da população total. Desta camada que ocupava o topo da pirâmide social, e que habitava principalmente as cidades, 27% eram brancos, quase todos portugueses em residência temporária, a serviço da administração colonial ou de empresas comerciais europeias. Os mestiços, boa parte deles de origem cabo-verdiana, respondiam por 55%; e os negros, por 18%. A absoluta maioria da população, ou 98,4%, era portanto considerada “não civilizada” pelas autoridades de Lisboa (MENDY, 2012).

Esta diferenciação criada pelo regime colonial moldou as relações entre indivíduos pertencentes às diversas categorias ao longo das poucas décadas da colonização portuguesa na

Guiné-Bissau, durante a luta armada de libertação nacional e no pós-independência. Ela também consolidou distinções e identidades sociais mais antigas, na medida em que indivíduos de origem crioula tendiam a obter mais facilmente o estatuto de civilizado. O processo de mobilização nacionalista, por sua vez, embora iniciado entre as camadas crioulas e civilizadas, precisava alistar uma boa porcentagem das populações consideradas indígenas, que ocupavam, em sua maior parte, o mundo rural do território por libertar da dominação colonial. A própria luta de libertação propiciou a certo número de indivíduos oriundos desses espaços meios de ascensão política e social, especialmente pela via da carreira militar. A direção do nacionalismo guineense passou a ser então mais heterogênea, constituindo-se tanto de grupos de origem crioula, que estavam mais bem representadas na hierarquia civil do movimento, principalmente em razão de um maior capital escolar acumulado, quanto de grupos de origem rural ou “étnica”, que tinham mais facilidade de preencher os cargos militares.

O esforço de mobilização nacionalista, tanto quanto, mais tarde, a ideologia oficial do Partido-Estado que emergiu após a independência, acreditavam ser fundamental para o sucesso de sua empreitada a adesão de todos os guineenses a uma identidade nacional que admitia muito pouca diversidade interna, e praticamente nenhum dissenso. Nesse sentido, a ideologia unitarista e homogeneizante do partido único desencorajava a emergência de discursos que tratassem das realidades étnicas e das hierarquias sociais (e raciais) que atravessavam a sociedade guineense, desconfiando desses enunciados como promotores do “tribalismo”, do “regionalismo” e do “racismo”. Por outro lado, era necessário estabelecer um consenso mínimo entre as diferentes frações de elite que disputavam o controle do novo Estado sobre quais eram os objetivos primordiais desse mesmo Estado no sentido de promover o desenvolvimento do país, e quais os meios práticos para atingir esses objetivos.

O presente trabalho busca compreender de que forma as diferentes posições político-acadêmicas lidaram com o tema nação e desenvolvimento na Guiné-Bissau pós-independência, por meio da produção intelectual publicada na *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*,<sup>1</sup> principal publicação, no formato de periódico acadêmico, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), órgão científico governamental criado em 1984. Uma análise mais detida será feita de uma seleção de quatorze artigos, espalhados em diferentes edições, agrupados de acordo com os temas de análise propostos neste trabalho.

Para isso, será traçado um breve histórico da fundação do INEP e da publicação da *Soronda*, buscando identificar e avaliar a importância do debate sobre nação e desenvolvimento no conjunto da produção do Instituto, destacando os principais temas, caracterizando os principais intervenientes no debate, e acompanhando o fluxo de publicações em contraste com os processos políticos, econômicos e sociais que se desenrolaram ao longo do período estudado na Guiné-Bissau, no continente africano e no mundo de modo geral. Esta discussão corresponderá ao primeiro capítulo da dissertação, em que verificamos a ausência, nas páginas da *Soronda*, do debate sobre a etnicidade, uma característica que ainda se faz notar em quase todos os Estados africanos pós-coloniais, que priorizaram mais a política de desenvolvimento acima de qualquer fator visto como ameaça à coesão nacional. Será ressaltado também a importância do debate sobre nação e desenvolvimento, chamando a atenção para a necessidade de repensar estes dois temas políticos cujos modelos foram, em grande medida, importados do ocidente, e que não têm se mostrado adequados à complexa realidade sociopolítica africana.

Estes dois temas são retomados no segundo capítulo, com um olhar mais localizado a partir da realidade guineense, e com base em contribuições selecionadas dentre as análises publicadas na *Soronda*. Na primeira parte deste capítulo, fazemos uma análise do debate em

<sup>1</sup> No decorrer do texto será utilizado apenas o termo *Soronda* quando se tratar da revista em causa.

torno da nação bissau-guineense, em que buscamos estabelecer sua relação com a identidade nacional e destacar os problemas relativos à unidade nacional. Na segunda, abordamos também períodos históricos anteriores, rastreando as discussões acadêmicas sobre as bases sociais da nação bissau-guineense, partindo do contexto pré-colonial, passando pela colonização e chegando até o período pós-independência. Na terceira última parte do capítulo, buscamos analisar o debate sobre a construção do Estado guineense e sua relação com a política do desenvolvimento no país, novamente a partir de artigos selecionados publicados na revista do INEP.

# **1 Pensando a nação e o desenvolvimento na Guiné-Bissau: o INEP e a *Soronda***

---

Este capítulo tem como objetivo traçar o contexto intelectual e político do surgimento e do funcionamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), bem como da trajetória editorial de seu periódico acadêmico, a *Soronda*. Em seguida, buscaremos entender o contexto continental das formas de imaginar a nação e das estratégias de desenvolvimento encampados pelos novos Estados africanos, concentrando a atenção em certos aspectos da formação de quadros e da institucionalização da pesquisa científica a partir do fim do regime colonial.

## **1.1 O desabrochar da produção acadêmica na Guiné-Bissau**

O INEP é o produto dos esforços de um grupo de jovens intelectuais guineenses, que acreditaram que era possível criar aquilo que, em menos de duas décadas de funcionamento, tornou-se uma instituição de grande prestígio e reconhecimento nacional e internacional, em termos de investigação científica, apesar de limitadas condições que havia na década de 1980. Samba Sané (2009) recorda que na Guiné-Bissau, como em grande parte dos países africanos, a pesquisa científica e tecnológica já era uma realidade desde início do período colonial. A maioria de atividades de pesquisa desenvolvida, entretanto, centrava-se no domínio agrônomo, ligando-se às culturas de exportação de produtos (como amendoim, arroz, e outros) para incrementar o fornecimento de matérias-primas às fábricas metropolitanas.

Já no pós-independência, diversas razões, relacionadas, sobretudo, à ausência de quadros, remeteram a orientação das atividades de pesquisa ao segundo plano, no âmbito das prioridades do governo da Guiné-Bissau,

tendo-se mantido as estruturas coloniais, mudando apenas a legenda, e, destinando ínfimos recursos, tanto humanos como financeiros, para o seu funcionamento. O INIC – Instituto Nacional de Investigação Científica, funcionou neste quadro até ser substituído, em 1984, pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (SANÉ, 2009, p. 68).

Uma vez fundado em 1984, o INEP estabeleceu como objetivo “promover e coordenar” os trabalhos de pesquisa científica no campo das ciências sociais e naturais. Emergiu e desenvolveu-se numa situação particular, que pode ser definida por uma variedade de “fatores, nomeadamente históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais”. Em parte, as dificuldades enfrentadas pela nova instituição prendiam-se à ausência de uma tradição acadêmica no país, por conta das particularidades advindas de uma ocupação colonial tardia, e da inexistência, durante a maior parte do período colonial, de estruturas educacionais para além do ensino rudimentar. Assim, a pesquisa científica que havia era desenvolvida a partir de fora, geralmente por investigadores portugueses, e não contribuía para a formação de pesquisadores guineenses. Esta situação, associada

à ausência no país de meios financeiros destinados à pesquisa e divulgação dos seus resultados e ainda ao crônico problema energético, entre outros, revelam o quanto foi difícil fazer funcionar uma instituição desta natureza com o mínimo grau de eficácia possível. Mas, nem por isso, o projeto INEP deixou de trazer contribuições importantes na implantação e consolidação de uma linha de investigação científica de rigor, em conformidade com os padrões internacionalmente reconhecidos (SANÉ, 2009, p. 169).

De fato, o INEP é a instituição que reúne quase toda pesquisa científica realizada na Guiné-Bissau, e sua fundação resulta de uma admirável “capacidade de iniciativa de sonhar de um pequeno número de jovens intelectuais guineenses sob a liderança do sociólogo e historiador Carlos Lopes” (TRAJANO FILHO, 2002, p. 147). Possui uma “organização burocrática simples e eficiente”, e com “estrutura material” que desperta atenção de “qualquer

outra instituição governamental”. Suas atividades de pesquisa se repartem em três centros: o Centro de Estudos de História Contemporânea (CEHC), o Centro de Estudos Sócio-Econômicos (CESE) e o Centro de Documentação Tecnológica (CDT) – transformado, desde 1988, no Centro de Estudos de Tecnologia Apropriada (CETA) (TRAJANO FILHO, 2002).

Se o INEP herdava o acervo documental e bibliográfico do INIC, que por sua vez era oriundo do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, instituição criada em 1945 pelo governo colonial para centralizar e fazer circular, por meio de um Boletim Cultural, as pesquisas feitas na então colônia, o novo instituto propunha-se uma atuação muito diferente. No ato de sua criação, o INEP foi incumbido de amplas responsabilidades, definidas no Decreto-lei nº 31, de 10 de novembro de 1984, conforme se pode observar:

- a) Executar a política de investigação científica traçada pelo Governo; b) Dinamizar ações de pesquisa em todos os domínios das ciências sociais e naturais; c) Divulgar os resultados dos estudos e pesquisas com interesse para o fortalecimento da consciência nacional e o desenvolvimento sócio-econômico do país; d) Centralizar toda a documentação existente no país com interesse para a pesquisa; e) Apoiar o Ministério da Educação na elaboração de programas e manuais escolares; f) Coordenar as investigações científicas realizadas no país por pessoas ou organismos estrangeiros (apud SANÉ, 2009, p. 70).

Em 2003 o INEP passou por uma reformulação estatutária, que redefiniu suas atribuições, ajustando-o às demandas, à transformação e às exigências de desenvolvimento da Guiné-Bissau. No artigo 3º dos novos estatutos, pode-se observar que a missão institucional do INEP passa a ser a seguinte:

- a) Realizar Estudos e investigação nos domínios de história, antropologia, etnografia e de ciências sociais, econômicas e naturais, por sua iniciativa ou a solicitação de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- b) Apoiar o Governo na elaboração, execução e dinamização de uma Política de investigação Científica nos domínios referidos na alínea anterior;

c) Recolher e centralizar toda a documentação existente no País e no estrangeiro, com o interesse para a pesquisa; d) Acompanhar e facilitar as ações de investigação científica a realizar no País por pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras nos domínios mencionados na alínea a) do presente artigo; e) Promover a ligação entre o ensino e a Pesquisa. f) Divulgar os resultados da pesquisa (apud SANÉ, 2009, p. 70-71).

As mudanças em relação ao decreto de fundação deram ao INEP o papel de apoiar o governo na elaboração e execução das políticas da pesquisa científica, em vez de ser definido como um mero executor da política governamental, tal como rezava o decreto de 1984. Nestes termos, o INEP traduz-se num instrumento de subsídio ao Estado em matéria do desenvolvimento, devido ao papel que o estudo científico das realidades locais nacionais deveria desempenhar na construção das políticas públicas pelo novo Estado independente. Sem dúvida, essa nova formulação dá mais autonomia intelectual à instituição na sua relação com o governo; ao mesmo tempo, pode-se argumentar que essa postura de pensamento crítico como única base possível para o desenvolvimento do país marcou toda a história do INEP. A ideia de um Estado que age a partir do conhecimento da realidade do terreno em busca de um objetivo de desenvolvimento humano e igualitário é derivado do pensamento político do líder do nacionalismo guineense Amílcar Cabral (1924-1973), que defendia a ideia de que conhecimento empírico de uma realidade é a base para a realização de qualquer objetivo político.

Para os jovens investigadores que participaram da fundação do INEP, na década de 1980, a tarefa de construir um centro de pesquisa de relevância nacional e dedicado aos temas candentes do desenvolvimento nacional se afigurava um enorme desafio. A criação da instituição atendia a três preocupações consequentes da carência de pesquisa na Guiné-Bissau, quais fossem:

Perda do patrimônio cultural do país (documental e oral relacionado com a luta de libertação nacional); Inadaptação da maior parte dos estudos socioeconômico à realidade do país, visto que eram sistematicamente feitos por entidades estrangeiras; Fracasso nas escolhas tecnológicas, por ausência de reflexão sobre questões técnicas (SANÉ, 2009, p. 69).

Essas três preocupações embasaram um conjunto de objetivos pragmáticos amplos, notadamente:

1. Criação de um discurso científico nacional;
2. Criação de um fórum de discussões aprofundadas sobre problemas acadêmicos;
3. Criação de uma rede de colaboradores para trabalhos científicos;
4. Criação de relações permanentes com a comunidade científica internacional (SANÉ, 2009, p. 69).

Um exame crítico das realizações da Guiné-Bissau ao longo dos dez primeiros anos da sua existência como nação livre e soberana conduzia impreterivelmente à conclusão de que, no âmbito da investigação científica, o país ficava muito aquém da expectativa (SORONDA, 1986; ver também SORONDA, 1997). Observa-se que:

Se é verdade que a debilidade financeira e demais carências herdadas do colonialismo tornava a investigação numa tarefa particularmente difícil, não é menos verdade que elas não podem justificar por si só – antes de mais por caracterizarem todo o sistema nacional – a inexistência, de facto, de uma política de investigação e de instrumento para sua aplicação (SORONDA, 1989, p. 2).

A primeira década do percurso da fundação do INEP foi marcada por consensos e dissensos que envolviam seus quadros, mas, nem por isso, a sua construção foi minada, como observa um dos seus dirigentes, o sociólogo guineense Raúl Mendes Fernandes, em seu depoimento alusivo à comemoração dos dez anos da existência do centro:

Os dez anos do INEP foram para mim os dos meus anos trinta. Este período de maturidade, de perda de ilusões e de grande mutação interior foi também de luta renhida contra as mistificações do poder. O INEP foi certamente minha única casa possível de acolhimento. Vivo nela a solidão das minhas posições e a compreensão dos colegas. Entre discussões amáveis e agressivas fomos construindo um instituto de que finalmente ninguém pode reclamar a paternidade (SORONDA, 1995, p. 142).

Durante seus primeiros 16 anos de funcionamento, o INEP publicou em torno de 250 títulos a respeito dos mais diversificados aspectos da vida guineense, a partir da pesquisa científica feita por seus pesquisadores permanentes e associados, e por colaboradores esporádicos residentes no país e no exterior. A instituição contava no início do século XXI com:

mais de duas dezenas de monografias e colectâneas que cobrem temas tão variados como crioulistica, história e etnologia das sociedades tradicionais da Guiné-Bissau, análise de políticas públicas, desenvolvimento, sociologia política e meio ambiente. Além destes livros, o serviço de publicações do INEP edita o Boletim de Informação Sócio-Econômica (BISI), veiculando a produção dos investigadores do CESE, o Boletim de Informação Científica e Técnica (BICT), com os trabalhos dos pesquisadores do CETA, e a revista *Soronda*, de periodicidade semestral (TRAJANO FILHO, 2002, p. 148).

A *Soronda* inicialmente acolhia contribuições das mais diversas disciplinas científicas, tanto das ciências naturais quanto das humanas. Embora o resultado dessa política editorial pudesse ser edições com conteúdos um pouco díspares, a opção por manter, inicialmente, uma única publicação periódica respondia à necessidade de circular e dar visibilidade pública à pesquisa nacional com recursos humanos e financeiros escassos. O próprio volume da produção nas mais diversas áreas não era suficiente para manter publicações de escopo mais restrito, por disciplina ou área do saber. Como os próprios diretores do INEP explicam a necessidade da *Soronda*, a carência de uma publicação de orientação científica atrelada às

diversas dimensões da ciência na Guiné-Bissau apenas se podia justificar pelo estado embrionário dos interesses científicos nacionais. *Soronda*, em 1986, representava mais que uma oportunidade.<sup>2</sup> O título da revista, termo crioulo de origem mandinga que significa “desabrochar, crescer”, refletia o estado da pesquisa científica, naquela época dos anos 80 do século XX, na Guiné-Bissau. Portanto, resumia a intenção dos fundadores do INEP no que concerne à pesquisa científica no país (SORONDA, 1986, 1997; TRAJANO FILHO, 2002).

A *Soronda*, no histórico de sua publicação, teve duas séries. A primeira apareceu ao público ente 1986 a 1995. Nessa série as edições comportam números regulares, semestrais, que se seguem de 1 a 20. A publicação da revista foi interrompida a partir dali, e retomada em 1997, ano que marcou a inauguração de uma “nova série”, em que se reiniciou a numeração. De 1997 ao ano 2000 não se registrou nenhuma nova edição, sendo a publicação regular retomada em 2002, mas logo interrompida em 2004. Dessa forma, a segunda série é composta de edições que vão do número 1 ao 8 (FIGUEIREDO, 2017). Além da sua disponibilidade para consulta física no INEP, ela também pode ser encontrada na internet, no arquivo da Casa Comum ([http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e\\_7284#!e\\_7285](http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_7284#!e_7285)), mantido pela Fundação Mário Soares.

Além da *Soronda* (e mais tarde do BISI e do BICT), o INEP publicou diversos volumes, entre coletâneas, anais de congressos e obras monográficas. No âmbito dessas publicações, destaca-se a coleção *Kacu Martel* (termo utilizado na língua crioula da Guiné-Bissau para se referir a uma ave de família *picidae*, caracterizada pelo seu hábito de bater o bico sobre a superfície do tronco de uma árvore – no Brasil, pica-pau). Ao todo foram publicados 250 títulos que reuniram temáticas de relevância nacional. O primeiro foi publicado em 1989, seguido de uma disparidade sequencial entre 1994, 1996, 1990 e 2001 (SANÉ, 2009). Para

<sup>2</sup> De toda forma, a absoluta maior parte das contribuições publicadas na *Soronda* ao longo de toda a sua história estava voltada para as ciências sociais e humanas. A criação posterior do BICT e do BISI pode ter contribuído para isso, mas também pode-se observar uma maior proximidade entre o modelo de debate público proposto pelos intelectuais do INEP e a prática profissional da área das humanidades.

esta pesquisa, importa destacar especialmente a publicação dos trabalhos apresentados no seminário internacional intitulado “A construção da nação em África: os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe”, realizado no INEP em 1989.

A partir de sua criação, a *Soronda* iria se transformar num meio pelo qual os resultados da investigação dos pesquisadores permanentes e associados do instituto e do debate intelectual guineense sobre um importante conjunto de questões atrelados ao desenvolvimento na Guiné-Bissau seriam publicados (SORONDA, 1997). Segundo Trajano Filho (2002), a revista define-se pela ausência de fronteiras rigorosas “a separar disciplinas”. A “porosidade” de tais “fronteiras disciplinares” fica mais clara ainda quando se destaca a familiaridade entre as temáticas tratadas e “filiação disciplinar dos autores guineenses”.<sup>3</sup>

Por exemplo, os dez historiadores que tiveram trabalhos publicados na *Soronda* abrangiam treze temas. O trabalho dos três autores historiadores guineenses abrangem um conjunto de temas mais vasto que seus sete colegas historiadores estrangeiros. Foram os primeiros a tratarem do tema desenvolvimento e etnologia guineense. A história das sociedades guineenses constituiu o terceiro tema mais regular na produção acadêmica de cientistas políticos guineenses que se dedicaram a este assunto. À medida que os economistas estrangeiros produziam na sua totalidade sobre a economia política e análise de políticas públicas, os economistas guineenses dedicaram suas elaborações ao tema da religião e sistemas de pensamento e sobre a história das sociedades guineenses (TRAJANO FILHO, 2002).

Dentre conjunto de autores guineenses figuram como os principais intervenientes no debate Carlos Lopes, Carlos Cardoso, Diana Lima Handem e Raúl Mendes Fernandes. Isso talvez se deva ao fato de todos eles terem passado como diretores de algum dos órgãos do

<sup>3</sup> Pode-se argumentar que a “porosidade” disciplinar a que refere Trajano Filho (2002) é, de fato, característica dos Estudos Africanos de modo geral, e não uma particularidade dos pesquisadores do INEP.

centro, sob a linha de orientação política do Estado dirigido pelo então Presidente da República João Bernardo “Nino” Vieira, entre meados da década de 1980 e o final de década de 1990. Na altura, era ao Presidente Vieira a quem o INEP tinha que submeter a pesquisa científica. Por exemplo, Carlos Lopes foi o primeiro diretor do INEP, logo depois da data de sua instituição em 1984. Na mesma época, Carlos Cardoso também assumiu a função de diretor de CEHC – uma das unidades de pesquisa do instituto; e mais tarde passaram como coordenadores dos centros de estudos do INEP, Diana Lima Handem, coordenadora do Centro de Estudos Sócio-Econômicos (CESE) e Raúl Mendes Fernandes, coordenador do CEHC (RUDEBECK, 1995; ACHINGER, 1995; MENDES FERNANDES, 1995).

Nos vinte primeiros números de *Soronda*, correspondentes portanto à primeira série (1986-1995), foram publicados 117 artigos, 25 notas de leitura, 17 documentos, quatro obituários e três editoriais. No total, a revista publicou a produção intelectual de 28 autores guineenses e 54 estrangeiros. Tomando-se apenas os artigos, os trabalhos tinham sido assinados por 27 autores guineenses e 48 estrangeiros (TRAJANO FILHO, 2002). Sobre as demais contribuições, constata-se que:

Dos 17 documentos publicados, nove se referem a fatos da história colonial da Guiné no período de 1861-1952, seis são textos produzidos por representantes do governo independente do país, entre os anos de 1978 e 1991, e por agentes do movimento de libertação nacional, nos difíceis anos da guerra colonial. O restante é uma miscelânea documental contendo textos tão variados [...] de conjunto de depoimentos em homenagem ao INEP, o relatório de uma comissão das Nações Unidas sobre a economia africana, entre outros. As 25 notas de leituras, assinadas por 15 autores estrangeiros e cinco guineenses, resenham 31 obras. Dentre os autores estrangeiros, sete participam somente na seção de resenhas da revista, enquanto o restante também contribui com artigos originais. Dentre os quatro guineenses, apenas um participa exclusivamente como autor de nota de leitura. Das 31 obras resenhadas, oito são de autoria de guineenses e 22 escritas por estrangeiros. Vinte e cinco obras tematizam exclusivamente algum domínio da vida social

na Guiné e seis focalizam questões regionais do continente. Os quatro obituários são assinados por dois investigadores guineenses e por um senegalês (TRAJANO FILHO, 2002, p. 149-150).

Traiano Filho faz uma análise da produção do INEP a partir do entendimento de que os estudos africanistas haviam passado por cinco vagas de teorização crítica a partir dos anos de 1960. A primeira tinha sido a crítica à mentalidade colonial que colocou a antropologia naquilo que ele chama de “berlinda”, logo depois da independência dos países africanos. Mais recentemente, ela se manifesta como sentimento de uma “crítica às relações neocoloniais”, com um forte destaque na “análise das estruturas do pensamento e dos projetos identitários” impostos no contato histórico entre “colonizados e colonizadores que competem por hegemonia”. A crítica ao colonialismo constituía uma das temáticas mais frequentes em Soronda, e, numa dada perspectiva, “a própria de razão de ser do INEP” (TRAJANO FILHO, 2002).

A segunda vaga assumiu forma de crítica à economia global que, através de “análise de inspiração marxista” e das múltiplas “versões da teoria de dependência e do sistema mundial”, evidenciaram “a fragilidade e a dependência das economias nacionais africanas” perante os países do centro (hegemônicos) e o caráter neocolonial das “relações entre os estados nacionais africanos e as metrópoles europeias”. Igualmente, se aliaram à crítica da economia global as análises referentes ao efeito que os “programas de ajustamento estrutural” apadrinhados pelo Banco Mundial haviam tido sobre a “distribuição de renda e níveis de pobreza e emprego, sobre as estratégias de reprodução dos grupos camponeses e do sector informal e ainda os estudos sobre as transições políticas para regimes de multipartidarismo”. Tais linhas de análises são recorrentes na produção acadêmica de certos atores ligados ao INEP, em estudos com densidades amplamente variadas (TRAJANO FILHO, 2002, p. 159).

A crítica voltada para o gênero, que buscava instituir uma “nova visada e um novo entendimento do papel da mulher africana”, figura como a terceira maior temática de “teorização crítica nos estudos africanistas”. Portanto, este esforço de análise tem buscado revelar e superar a dupla “violência silenciadora” que contorna a mulher africana: “o silenciar das mulheres por suas próprias sociedades e pelas autoridades etnográficas” (TRAJANO FILHO, 2002).

A quarta vaga de teorização crítica expôs o quão “o discurso dos saberes sobre África” estão impregnados “nas relações que tradicionalmente subordinam os intelectuais africanos à academia ocidental” (TRAJANO FILHO, 2002). No que respeita a tal subordinação importa destacar as contribuições críticas do linguista ganês, Kwesi Yankah (2004), e do filósofo beninense, Paulin Hountondji (2008). A perspectiva crítica de Yankah revela a dicotomia trágica do acadêmico ou intelectual africano em meio à era da globalização. Quer dizer, ele se torna uma figura presa a uma vida ambivalente (entre o mundo ocidental e mundo africano) de que enfrenta a má sorte de fazer parte. Consequentemente, ele torna-se submisso aos padrões de academias do ocidente para autoexame da academia local, sem contar com a discriminação de que os sistemas nativos de construção de conhecimento têm sido alvo. Diante disso, ele analisa o seguinte:

Sistemas educacionais e sistemas de produção de conhecimento não são apenas alheios ao nosso meio sociocultural, mas também deixam o estudioso local com uma desvantagem considerável no mercado global. Uma dessas personalidades deficientes é o acadêmico africano que ocidentalizado, meio saturado dos modos euro-ocidentais de produção de conhecimento, rejeitado pelo mundo ocidental por não estar bem sintonizado com tendências ocidentais e, portanto, marginalizado juntamente com sua área de especialidade geográfica – a África. Ele também é considerado na sua própria localidade como alguém que não se encaixa;

Nós continuamos a depender de modelos acadêmicos ocidentais para autoavaliação na academia local, uma sequência natural à adoção por atacado de paradigmas ocidentais nas nossas academias;

De maneira inversa, o mundo dominado pelo Ocidente sutilmente discrimina sistemas nativos de produção de conhecimento, [...] Ainda assim, ao mesmo tempo em que esses sistemas são denegridos, eles são utilizados por mediadores de conhecimento ocidentais como fontes de poder e legitimidade (YANKAH, 2004, p. 136-137).

Observa-se também que sempre que um especialista africano procura difundir o seu trabalho por meio da publicação no mercado global, só pode alcançar o sucesso caso passar-se por “um bom garoto” (YANKAH, 2016).<sup>4</sup> Percebe-se que esta busca pela publicação do trabalho e do reconhecimento pessoal no mercado global tem alimentado aquilo que Hountondji (2008) chama de “atividade científica extravertida”, quer dizer, “orientada para o exterior, destinada a ir ao encontro das necessidades teóricas [...] dos parceiros ocidentais e a responder às perguntas por eles colocadas” (HOUNTONDI, 2008, p. 157). A mudança deste tipo de atitude intelectual persistente passa necessariamente pela adoção de uma postura autônoma, de dentro do continente africano, no âmbito da pesquisa e da produção do conhecimento voltada para responder interesses locais.

Toyin Falola (2016) também apelava para a necessidade de acadêmicos africanos definirem suas próprias pautas de pesquisa e ensino com questões, metas e pressupostos mais amplos; e refletir sobre os microestudos para produzirem teorias amplas de aspectos culturais, socioeconômicas e geopolíticas da África no âmbito da globalização, permitindo que suas ideias e teorias alcancem seu status elevado para o universal, o que exige a necessidade de uma biblioteca de qualidade. Para isso, é urgente também repensar a questão da comunicação

<sup>4</sup> Hountondji (2008, p. 157), sublinha também que “alguns acadêmicos publicam parte do seu trabalho em francês ou, mais frequentemente, em inglês – a nova língua franca da investigação acadêmica internacional – de modo a alcançarem um público mais vasto”.

dos resultados das pesquisas nos próprios idiomas daqueles sobre os quais são produzidos o conhecimento e que passam consumi-lo.

Finalmente, a quinta vaga de teorização crítica alia-se a um conjunto de questões “pós-modernas da representação”, particularmente as relações ligadas “à produção de sentido, à possibilidade de um verdadeiro diálogo transcultural”. Vale destacar que esta última vaga de teorização não é oriunda dos estudos africanos, porém parte associado do sistema de “reconfiguração do pensamento social” no círculo acadêmico ocidental, principalmente o norte-americano (TRAJANO FILHO, 2002).

Em própria análise, entretanto, não conseguimos identificar impacto significativo das três últimas vagas identificadas por Trajano no conjunto de produção do INEP, e particularmente nas páginas da *Soronda*. Essas considerações de caráter teórico-epistemológico, por sua importância, serão retomadas e trabalhadas de forma mais aprofundada no segundo capítulo.

Na esteira daquilo que vem constituindo preocupação dos pesquisadores atentos à dinâmica sociopolítica bissau-guineense com relação à ausência de um debate político-acadêmico sério, percebida também no próprio conjunto de produções intelectuais do INEP e a *Soronda*, sobre a questão étnica em relação as outras temáticas, Trajano Filho (2002) estranha a forma como na Guiné-Bissau, um país habitado por “‘poeiras étnicas’, a crítica à tribo ou a etnia como uma unidade classificatória natural é pouco desenvolvida e a questão da etnicidade raramente é problematizada”.<sup>5</sup>A tendência ao silenciamento do debate sobre esse conjunto de problemáticas apontada por Trajano Filho talvez esteja na direção daquilo que vem constituindo análises críticas no meio das produções intelectuais voltadas ao contexto africano, de modo geral. O economista malawiano Thandika Mkandawire (2005) analisa que, em virtude de os nacionalistas africanos terem assumido as fronteiras coloniais, eles tiveram

<sup>5</sup> A expressão “poeiras étnicas” é de René Pélissier.

que encarar a realidade concreta de “nações” constituídas por uma multiplicidade de grupos étnicos e nacionalidades. O pluralismo social de África, a sua divisão em mais de mil grupos étnicos, sempre tinha sido a fonte de preocupação em termos de modernização, construção da nação, desenvolvimento e governança. Por vezes, esse pluralismo tornou-se fundamental para a análise, ao passo que em outros contextos tornou-se completamente um tabu.

## **1.2 Opções políticas e formação de quadros na África**

Para compreender a tensão entre pluralismo e as pressões homogeneizadoras na África independente, é preciso retomar a discussão sobre os modos de imaginar a comunidade nacional em face das opções e desafios colocados pelos contextos internacionais e pela própria herança colonial, quer em termos das estruturas estatais herdadas pelos nacionalistas, quer no que diz respeito à constituição das camadas de intelectuais e técnicos que deveriam operar e transformar essas estruturas na nova fase histórica.

Conforme Mkandawire (2005), em certos países, a radicalização dos nacionalistas, por meio de lutas armadas, serviu para afastar a etnia para ainda mais longe de qualquer análise política séria. Nos estados em que o “marxismo” tornou-se a principal ideologia, a análise exclusivamente em termos de classe se sobrepôs a quaisquer outras divisões sociais, que supostamente integravam a “falsa consciência”, “inventada” pelos colonialistas ou pela pequena burguesia. Esse pode ter sido o caso, mas a “falsa consciência”, não obstante subjetiva em suas origens, pode tomar para si uma presença histórica objetiva que somente pode ser desconsiderada por conta e risco de quem o faz.

Neste ponto, o autor observa que os nacionalistas receberam aplausos da “escola de modernização”, que havia considerado as identidades étnicas e o pluralismo social como “barreiras ao desenvolvimento”. Se nos seus esforços conseguissem superar a cosmovisão

tribal para uma visão do mundo mais nacionalista teriam alcançado a modernização. Eles poderiam fazer uso de carisma nacionalista para simbolizar as novas nações, visando substituir crenças antiquadas da tribo que segue em direção contrária ao desenvolvimento imaginada a partir de uma imagem de um Estado forte dirigindo uma nação internamente unida, e a etnia representava nada mais que suas inimigas por ser considerada um fator enfraquecedor do Estado devido aos conflitos que tem alimentado. O cúmulo de seus princípios recusou aos países recém-independentes sua imagem de nação reproduzida a partir do modelo europeu:

“uma raça, uma língua, uma cultura”. Imagens alternativas de estados-nação, multiétnicos, multiculturais ou multirraciais, nunca foram seriamente consideradas, e se consideradas foram tão manchadas pelas reivindicações do apartheid que não tinham interesse duradouro ou simpático (MKANDAWIRE, 2005).<sup>6</sup>

Na verdade, o desenvolvimento constituía uma questão urgente para os novos Estados africanos recém-independentes e subdesenvolvidos, que precisavam dar respostas imediatas às necessidades básicas do seu povo que se libertara de várias décadas da colonização europeia. Yves Benot (1981) relata que o socialismo africano e vários representantes do que chama de “demagogia cultural” admitiam que os países africanos precisavam ter uma infraestrutura econômica e social adequada ao “século XX industrial” e resgatar o seu “atraso do ponto de vista do desenvolvimento de suas forças produtivas”. A disputa dos regimes capitalista e socialista, observado de África, era a disputa de dois tipos de vias do desenvolvimento; tratava-se de optar por aquele que se mostrasse, localmente, num âmbito diferente, mais passível de pôr em prática, e no seu âmbito próprio que tivesse demonstrado indícios da

<sup>6</sup> O regime segregacionista do *apartheid* no sul da África baseava-se numa ideologia que soava inquietantemente familiar diante das formulações do multiculturalismo, no sentido em que advogava que as diferentes “raças” eram portadoras de diferentes “culturas”, irreconciliáveis, e que cada uma delas devia trilhar seu próprio caminho civilizatório. Esse “desenvolvimento separado” deveria ademais ser protegido pelo Estado.

sua capacidade para alcançar em prazos mais urgentes a meta desejada de desenvolvimento econômico e elevação geral do nível de vida da população.

Em meio a este dilema, a primeira via (socialista) de desenvolvimento foi escolhida por certos estados africanos, sem demora, devido ao próprio apoio histórico recebido pelos movimentos de libertação nacional africano a partir da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e seus aliados. Segundo Iba Der Thiam e James Mulira (2010), no Egito, as investidas ocidentais em desestabilização, e, principalmente, a campanha franco-britânica de Suez (1956), induziram Gamal Abd Al-Nasser a receber armamento soviético. A tomada da independência pelo Marrocos, Tunísia, Sudão, Gana e Guiné, assim como a luta da Frente de Libertação Nacional (Front de Libération National, FLN) argelina, revelou golpes tão severos contra o colonialismo e o imperialismo, realizados por movimentos que em princípio não se definiam como comunistas ou socialistas, mas que ainda assim contavam com apoio do chamado “bloco oriental”. Conforme Thiam e Mulira,

a imprensa soviética escrevia, em referência a este tema, que, tal como Fidel Castro em Cuba, os africanos Sékou Touré, Kwame Nkrumah, e até Modibo Keita, poderiam transcender os interesses da sua classe, a pequena burguesia nacional, e assim seguirem uma “via de desenvolvimento não capitalista”, capaz de, eventualmente, conduzir ao socialismo (THIAM e MULIRA, 2010, p. 977).

Os teóricos soviéticos haviam definido uma via não capitalista de desenvolvimento para os Estados africanos. Tal orientação, apesar de não ser dirigida pelos “princípios do socialismo científico”, não deixava de ter real “capacidade revolucionária”. Segundo os dois autores,

Esta via foi aquela escolhida pelas “democracias nacionais”, segundo a qual, um Estado “autenticamente independente, anti-imperialista, anticolonialista, antiditatorial, democrata e progressista, em suas políticas internas e sociais,

[constituiria] uma democracia nacional”. Em suma, aos olhos dos teóricos soviéticos, havia identidade de interesses entre o mundo socialista, os movimentos de libertação africanos e o movimento operário internacional, em luta contra o imperialismo (THIAM e MULIRA, 2010, p. 977).

Foi dessa forma, portanto, que, no decorrer dos anos 1960, alguns Estados africanos aproximaram-se do que denominavam uma via socialista ou revolucionária, beneficiando-se do apoio socialista internacional, no meio dos quais o Egito, o Gana, a Guiné e o Mali foram os pioneiros. Vale destacar também que alguns países não se declaravam socialistas mas contavam com apoio soviético, chinês, cubano etc. Outros se declaravam adeptos do “socialismo africano” (ou seja, de um socialismo não marxista, supostamente derivado de aspectos civilizatórios tradicionalmente africanos) e estavam alinhados com as antigas potências e com os Estados Unidos. Era o caso do Senegal de Léopold Sédar Senghor, e de alguns políticos do Quênia, como Tom Mboya, por exemplo. Também Julius Nyerere, primeiro presidente do Tanganica, e principalmente Kenneth Kaunda, primeiro presidente da Zâmbia, no início de seus governos, estavam mais próximos do paradigma senghoriano, aproximando-se progressivamente do bloco socialista devido ao seu envolvimento com a libertação da África Austral. Finalmente, é preciso lembrar que China e URSS, as duas principais potências do bloco comunista, se afastaram cada vez mais a partir de 1965, a ponto de, por vezes, China e os Estados Unidos apoiarem o mesmo grupo nacionalista num dado país em meio à luta de libertação nacional, em oposição à URSS.

O alinhamento ao projeto socialista do desenvolvimento não encerrava o fim das relações que os Estados africanos tinham com suas antigas metrópoles coloniais. Grande parte destes Estados herdara, de forma não crítica, as estruturas burocráticas coloniais, cujos lugares de proeminência eram ocupados por uma equipe de funcionários vindos muitas vezes de fora:

Na realidade, a maioria dos Estados africanos independentes conservaram as instituições coloniais e modelaram-nas à imagem daquelas dos seus antigos colonizadores. Eles igualmente mantiveram (ao menos durante os primeiros anos) nos setores-chave (administração pública, polícia e exército) um quadro relativamente importante de funcionários estrangeiros oriundos, quase sempre, da antiga metrópole. Inclusive em países como Gana de Nkrumah, cujas simpatias tendiam para o mundo socialista, um número não negligenciável de quadros manteve-se operante até 1961. Tal foi igualmente o caso, durante períodos mais prolongados, em outras antigas colônias como Quênia, a Nigéria, o Senegal e a Costa do Marfim, por exemplo. Este pessoal estrangeiro, ocupantes em geral de cargos em órgãos governamentais, exercia forçosamente, sobre a orientação política dos Estados africanos independentes, uma influência, ao que tudo indica, favorável às antigas metrópoles ocidentais (THIAM e MULIRA, 2010, p. 977-978).

As antigas colônias viram-se diante de muitos obstáculos para cortar as relações econômicas e comerciais com as antigas metrópoles, as quais exerciam um estreito controle, ao mesmo tempo com outras potências ocidentais, sobre as grandes instituições financeiras mundiais, como o Banco Mundial, assim como sobre as divisas usadas nos Estados africanos, “as cotações das matérias-primas e os volumes das principais exportações dos Estados africanos” (THIAM e MULIRA, 2010).

Através destas situações, os países socialistas tinham deparado com muitas dificuldades para reduzir a dependência de seus Estados no tocante às potências capitalistas ocidentais e esse motivo, somado a uma ação repressiva contra militantes comunistas pelos regimes no poder, explica o fato de os partidos comunistas terem mostrado grande dificuldade para se estruturarem no continente. Thiam e Mulira (2010, p. 978), observam que:

Fato ainda mais decepcionante para o mundo socialista, os Estados e os dirigentes africanos, manifestadamente interessados, em um primeiro momento, pela via socialista de desenvolvimento, invariavelmente sucumbiram à dependência vis-à-vis o mundo capitalista.

Portanto, o mundo socialista exercia o domínio de sua notável influência apenas no campo ideológico. Certos dirigentes africanos, progressistas ou reacionários, assumiram a ideologia socialista, como “fator de mobilização e união, como remédio para as sociedades tradicionalmente às voltas com dissensões étnicas e religiosas”. Igualmente, os nacionalistas africanos tinham recorrido “a esta ideologia para denunciar o colonialismo ocidental e sensibilizar o Ocidente pelas necessidades da África” (THIAM e MULIRA, 2010).

A análise sobre o atraso do desenvolvimento dos Estados africanos é centrada também sobre outro aspecto que não se resume apenas às relações dos Estados recém-independentes com o Ocidente ou o Leste europeu. Ali Mazrui (2010a) salienta que o *savoir-faire* inserido na África pela colonização revela uma ambivalência histórica substancial, favorecendo a emancipação ao mesmo tempo em que não contribuíam para o desenvolvimento dos novos países:

As habilidades introduzidas pelos colonizadores relacionavam-se essencialmente com a comunicação; e o domínio das novas fórmulas de comunicação, escrita e oral, efetivamente facilitou a descolonização. Entretanto, os colonizadores não souberam eficazmente transmitir as técnicas de produção. Foi justamente neste sentido que o sistema educacional e de formação, herdado da época colonial, não logrou êxito em promover um verdadeiro desenvolvimento nos “territórios” africanos (MAZRUI, 2010a, p. 1113).

O historiador nigeriano Adiele Eberchukuwu Afigbo (2010), por seu lado, salienta que apesar de a educação ocidental ter sido levada para África pelos europeus, ela não se proliferou por mérito de suas instituições oficiais. Na verdade, a transformação educacional na África tinha sido fruto de três grupos de interesses: “as missões cristãs, os governos coloniais e as iniciativas africanas locais, por ordem decrescente de importância”.

Interessa-nos apenas debruçar sobre os dois primeiros grupos. Em relação ao primeiro, Afigbo (2010) sublinha que as missões cristãs tomavam a escola como uma “insti-

tuição-chave”, visto que tal era o mecanismo útil de doutrinação e de instituição de congregações aptas a se revitalizarem no propósito de assegurar a “sobrevivência do cristianismo”, depois da “partida dos missionários brancos”. Conforme o autor, “a instrução e a evangelização estavam de tal modo interligadas que, em muitas regiões da África, um missionário erguendo a sua tenda era sinônimo de criação de uma escola” (AFIGBO, 2010, p. 572).

Concernente ao segundo grupo, ele observa que os administradores locais esperavam que a escola formasse o pessoal de que necessitavam para ocupar os níveis subalternos da burocracia para “criar as condições políticas, econômicas, sociais e morais que permitissem aos europeus explorar ao máximo possível os recursos ainda tão pouco utilizados do continente”. Para isso, não se agradavam apenas com a edificação e administração de escolas especialmente leigas: por meio de subsídios, igualmente auxiliavam o “esforço educacional das missões”. Além do mais, “as estruturas políticas por elas estabelecidas” possibilitavam às missões adentrar no interior do continente, sem temer “pela segurança de seus agentes”. Ele conclui que “as escolas oficiais leigas eram necessárias principalmente para a extensão da educação ocidental a numerosas regiões islamizadas da África, onde eram temidas violentas reações muçulmanas caso não se concordasse em limitar a atividade missionária” (AFIGBO, 2010, p. 572).

No entanto, as potências coloniais não conseguiram formar os africanos para as técnicas empregadas nas diversas atividades econômicas da economia colonial, integrada às redes de produção e circulação globais. Nesta perspectiva, o sistema colonial mostrou-se inapto em assegurar o desenvolvimento da África. Mazrui observa que:

As técnicas agrícolas permanecem, à época e em larga escala, rudimentares, as usinas são obrigadas a importar mesmo um simples parafuso, as barragens encontram-se frequente figura mente deterioradas e as máquinas entram em pane, por falta de peças de reposição. A capacidade da indústria africana em explorar os recursos minerais do continente é derrisória. Inclusive a sua

capacidade de extração destes minerais, sem recurso ao equipamento, aos conhecimentos e à organização, fornecidos pelo estrangeiro, revela-se espantosamente limitada. A África retira do seu solo recursos minerais que ela raramente sabe transformar, além de importar bens de consumo cuja produção não lhe é facultada (MAZRUI, 2010a, p. 1115-1116).

Constata-se que a África tinha entrado na nova era da independência com um nível de subdesenvolvimento notável no que refere à capacidade, relativamente ao que ela havia mostrado em reação ao instrumento produtivo: “um abismo separava as suas novas instituições pós-coloniais e a sua capacidade em utilizá-las de modo eficaz” (MAZRUI, 2010a).

O seu primeiro obstáculo era o capitalismo ineficaz, herança do período colonial. África assumiu hábitos de consumo ocidental sem, contudo, entender as técnicas de produção; ela absorveu os gostos dos ocidentais, sem, no entanto, obter suas capacidades; a África “urbanizou-se, sem industrializar-se; ela herdou a avidez capitalista, sem aprender a disciplina capitalista” (MAZRUI, 2010a). Esta postura, que tem sido retroalimentada pelas próprias instituições de académicas africanas, é lida também de seguinte forma:

A universidade africana foi concebida principalmente como uma correia de transmissão para a alta cultura ocidental, em vez de uma oficina para a transferência de altas habilidades ocidentais. As universidades africanas se tornaram o berçário de uma aristocracia intelectual negra ocidentalizada. Graduados de Ibadan, Dakar, Makerere adquiriram gostos sociais ocidentais mais prontamente do que habilidades organizacionais ocidentais. Eles se viram mergulhados em padrões de consumo ocidental, em vez de em técnicas de produção ocidentais (MAZRUI apud MKANDAWIRE, 2005, p. 33, tradução nossa).

Para Ali Mazrui (2010a), após a África ter conquistado a sua independência, as relações entre os modelos de governo e visões de desenvolvimento económico tinham variado consoante as seguintes e análogas condições: “a dimensão do setor público, o papel do

Estado, a eficácia dos poderes públicos”, assim como a “representatividade e a equidade (a legitimidade) do governo”.

A primeira condição tem a ver não só com a “dimensão do corpo administrativo”, mas, do mesmo modo, com “àquela dos organismos paraestatais”. A segunda condição está ligada ao “papel do Estado na economia”, bem como o carácter das “suas funções”. A terceira condição refere-se à capacidade dos funcionários, “à eficácia, e também à maior ou menor racionalidade do comportamento dos poderes públicos”. A quarta condição atrela-se à natureza democrática e representativa do governo ou a inexistência da “democracia e da representatividade” (MAZRUI, 2010a).

Vale destacar que, na África pós-colonial a representatividade é mensurada, consoante parâmetros “étnicos” e não eleitorais. “A aritmética da representação étnica” tinha contribuído, frequentemente, para abranger os “membros dos outros grupos étnicos”, quer eles sejam ou não “agentes beneficiários do regime político”. Os governos são vistos parcialmente “representativos” na justa dimensão de sua “composição étnica, aquela da população”. Na Nigéria, a partir da guerra civil, esta regra de “representatividade” é frequentemente reproduzida “sob a nomenclatura ‘carácter federal’ da nação”. O processo da representatividade étnica tendeu a ampliar as dimensões dos organismos governamentais e administrativos, além de ter sido verificado “um ‘inchaço’ nos efetivos da função pública e dos serviços paraestatais, com vistas a assegurar o sutil equilíbrio exigido pela aritmética da representatividade étnica” (MAZRUI, 2010a).

No pós-independência, a corrupção no desempenho do poder político, possivelmente, ganhou o aspecto de uma “privatização do Estado”. Tinha havido uma privatização em benefício de uma etnia, na ocasião em que apesar da representatividade étnica, um grupo específico exerceu o monopólio “nas atividades públicas ou deteve parte considerável destas últimas, à imagem do realizado pelos nubi em Uganda, sob Idi Amin” (MAZRUI, 2010a).

Tinha havido também a privatização em favor de uma dinastia, no momento em que um indivíduo e seu mais restrito círculo familiar tinha monopolizado os “recursos e os símbolos do Estado, à imagem do imperador da África Central, Jean-Bedel Bokassa, quem literalmente ensaiou fundar uma dinastia”. No meio de uma “confusão generalizada”, tinha havido uma “privatização anárquica” na ocasião em que a “busca desenfreada, por privilégios e lucros”, tinha provocado a “dissipação do poder de ação e da riqueza na esfera pública”. A Nigéria, perante Shehu Shagari e principalmente depois de 1981, tinha sido o retrato de tal “privatização anárquica” (MAZRUI, 2010a, p. 1119).

Segundo Mkandawire (2005), os poucos nacionalistas que haviam permanecido no poder transformaram-se em tiranos que perderam toda a legitimidade política de que gozavam anteriormente. Os militares que assumiram o poder por via de golpes de Estado (patrocinados no mais das vezes pelas antigas potências coloniais), não foram capazes de lidar com os desafios políticos colocados à construção da nação no pós-independência. Mazrui observa que:

No domínio político, os piores males que ameaçam a África, desde a sua conquista da independência, são a tirania, por um lado, e a anarquia, por outro. [...].

No domínio econômico, os piores males que pairam sobre a África são a dependência e o declínio. A dependência representa uma diminuição nas capacidades de autonomia; o declínio consiste em uma redução nas capacidades de desenvolvimento (MAZRUI, 2010a, p. 1119).

A década de 1990 não pareceu registrar mudanças, quer no domínio econômico quer no campo sociopolítico. A África destes anos pode ser caracterizada como um campo sinalizado por crise econômica e política, por tensões e conflitos, como pela tendência intelectual que ficou conhecida como “afropessimismo”. Por outro lado, também podiam ser

observados movimentos de renovação, em especial nos processos de democratização e num amplo interesse pelo respeito aos direitos humanos (WONDJI, 2010b).

No que respeita aos sinais de retrocessos observa-se que as estratégias de desenvolvimento nacionalista foram, por fim, derrotadas, na medida em que as economias foram privatizadas, abertas e regularmente condicionadas por iniciativas políticas de fora do continente (MKANDAWIRE, 2005). A própria transição política para o multipartidarismo também foi a consequência, em parte, das mudanças econômicas impostas por estas iniciativas políticas, os Planos de Ajustamento Estrutural.

Ainda nos anos 1970, a subida do preço das matérias e o fluxo dos petrodólares deram possibilidade aos dirigentes dos países do “terceiro mundo”, particularmente aos líderes africanos, de subvencionar programas de desenvolvimento cujo resultado revelar-se-ia insignificante no plano geral da vida das populações. No entanto, depois dos dois choques dos preços internacionais do petróleo, ocorridos respectivamente em 1973 e 1979, que sacudiram a economia mundial, a recessão industrial causou uma queda nas cotações das matérias-primas. Os anos de 1980 foram assinalados por uma queda geral dos preços de commodities, da qual a África foi a principal vítima, em consequência das suas persistentes fragilidades estruturais ao subvencionamento da sua economia, com a notável exceção da África do Sul (WONDJI, 2010b).

Durante a década de 1990, o desempenho econômico da África mostrava-se ainda desalentador e o PIB permanecia abaixo do nível alcançado em 1980. A pobreza representava uma epidemia no continente, estava um pouco ligado ao aumento demográfico calculado em 2,8% em 1996, taxa superior ao crescimento da produção agrícola de 2,2% ao ano. Wondji (2010b) aponta que:

Na África, 60% da população vive em total indigência e entre os 48 PMA (países menos desenvolvidos) catalogados no mundo, 33 são africanos. A África não se beneficia se não com 5% do fluxo total de investimentos estrangeiros diretos (ou seja, 110 bilhões de dólares norte-americanos, em 1996), aportes que, no continente, concentram-se na África do Sul, no Egito, no Marrocos e na Nigéria, além de ser alarmante a queda da ajuda pública ao desenvolvimento (WONDJI, 2010b, p. 1135).

A dívida da África equivalia a 265% das suas receitas de exportação em 1990, o que a tornava o continente mais endividado per capita. O serviço da dívida permanecia em cerca de 20% das receitas de exportação para grande parte dos países e, para alguns, superava 30%. Ademais, a partir do declínio global do “comunismo real” e do emprego do liberalismo em esfera mundial, o continente deixava de ser um desafio estratégico para os líderes do mundo ocidental. Durante os anos de 1990, assistiu-se a um autêntico descrédito internacional do continente africano, no qual “as experiências do desenvolvimento importadas” tinham-se “desdobrado em trágicos impasses”. Em virtude de não ter conseguido colocar-se decisivamente “como um ator eficiente no sistema econômico mundial”, a África, atormentada “pelas suas crises políticas e pela fraqueza de seus resultados econômicos”, via-se ainda mais “abandonada”. A este estado de coisas somava-se uma “nova corrente de pensamento: ‘o afro-pessimismo’” (WONDJI, 2010b).

Na busca pela superação dos obstáculos à economia dos Estados africanos, várias iniciativas foram tomadas pelos governantes africanos pós-coloniais. A esse respeito, Wondji (2010b) comenta o seguinte:

As dificuldades ligadas ao tratamento da dívida interna e externa, assim como a crise das finanças públicas, conduziram os dirigentes africanos a solicitarem o concurso das instituições de Bretton Woods – o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial – as quais viriam a substituir empreendedores estrangeiros. Através dos programas de ajuste estrutural (PAE), estas instituições tentaram redinamizar as moribundas

economias africanas. Estes PAE correspondem a processos de estabilização mediante o restabelecimento dos equilíbrios macroeconômicos internos e externos, ligados à implementação de programas de reformas estruturais. Partidário da liberalização das economias africanas, o FMI tem como objetivo livrar o Estado da gestão econômica em proveito do setor privado e a sua política traduz-se por um conjunto de medidas: redução dos gastos públicos, afetando especialmente os serviços sociais; realização de políticas setoriais, em favor da iniciativa privada; diminuição dos efetivos da função pública, julgados excessivos; congelamento das contratações, etc. Qualquer empréstimo de capitais aos Estados encontra-se, desde logo, submetido à negociação de acordos condicionais com o FMI. No decorrer dos anos 1990, a quase totalidade dos países africanos engaja-se neste processo de estabilização e austeridade. A desvalorização do franco CFA, imposta aos Estados africanos francófonos, em 12 de janeiro de 1994, é uma das grandes vitórias das instituições de Bretton Woods, as quais renunciavam, desde os anos 1970, à sobrevalorização desta moeda. As dissimetrias estruturais das economias africanas nos países da zona do franco, atormentadas pelo “mau desenvolvimento”, e o sempre crescente peso financeiro da ajuda que a França foi levada a conceder para sustentar a economia destes países, conduziram o Governo francês a subordinar a sua ajuda à assinatura de planos de ajuste com o FMI e a defender o princípio da desvalorização (WONDJI, 2010b, p. 1135-1136).

Tais programas de austeridade traduziam-se, nestes países manifestamente pobres, por uma desestabilização econômica e social, pelo aumento do desemprego e por uma deterioração nas condições de vida de tais populações, sobretudo, das cidades, nas quais alargavam-se sistemas de “inclusão e marginalização social” (WONDJI, 2010b). Na verdade, o emprego dos programas de ajustamento estrutural não trouxe mudanças como esperado a não ser a proliferação de climas de insatisfação e de paralisações, sem contar com os seus trágicos impactos em várias dimensões (como saúde, alimentação e educação), conforme explica Wondji (2010b):

A aplicação das medidas dos PAE provoca numerosas desordens: descontentamentos, greves de trabalhadores e estudantes, operações cidades-mortas, estes processos conferem o ritmo da vida nas cidades africanas dos anos 1990 (Camarões, Quênia, Togo, Zaire [atual República Democrática do Congo], etc.). [...] A UNICEF constatou que, em cada grupo de dez países submetidos a programas de ajuste estrutural, seis registraram uma baixa do nível nutricional e um crescimento das doenças transmissíveis e cinco conheceram uma regressão no âmbito educacional. É impossível, neste contexto, passar em silêncio frente ao drama da pandemia da AIDS, a qual encontrou nas condições de vida dos africanos um terreno fértil e de predileção. Apesar das consideráveis disparidades existentes, de país a outro, a AIDS tornou-se, em menos de um decênio, uma dentre as primeiras causas de óbito junto ao indivíduo adulto, na faixa etária de quinze a quarenta e cinco anos. Não é menos verdadeiro que o paludismo permanece como a principal causa de mortalidade no seio das populações africanas (WONDJI, 2010b, p. 1136).

Os impactos da crise arruinavam a juventude africana, principalmente aquela que frequentava a escola e a universidade para qual a década de 1990 representava uma interrogação. As políticas de ajuste estrutural limitavam a seleção do pessoal administrativo (funcionários), conseqüentemente, dos professores, em um continente marcado por um boom escolar, estimulado por um aumento demográfico. Por todo lado, as famílias viviam “do quebra galho” e a escola estava vitimada por causa da sobrevivência (WONDJI, 2010b). Conforme este autor,

Na África negra, onde apenas 2% dos jovens alcançam o ensino superior, as condições de trabalho dos estudantes são deploráveis e alimentam ininterruptamente movimentos estudantis de contestação, os quais desestabilizam o sistema universitário em razão do fechamento de universidades e como consequência dos anos de não funcionamento destas instituições, os anos brancos (Costa do Marfim, Quênia, Senegal, Níger, Gabão e, recentemente, o Burkina Fasso). Símbolo do saber, aposta dos poderes, concentração das contradições de uma sociedade em crise, a universidade africana resume o impasse de uma África devastada pelo serviço da dívida, de um continente

no qual a falência dos sistemas educacionais reserva o mercado do saber a alguns privilegiados, agravando deste modo as desigualdades sociais (WONDJI, 2010b, p. 1136-1137).

No que refere às mulheres, também sacrificadas pela aplicação dos programas de ajuste estrutural, elas representam um maior número da população e formam os grupos mais frágeis em termos econômicos. Devido à crise da economia, a qual também corresponde a uma crise social, as mulheres estão na vanguarda da luta pela superação de sacrifícios da vida cotidiana do núcleo familiar, sempre à custa do setor informal, especialmente e ativamente dominado por elas. Em um mercado de trabalho arruinado pela crise, onde a taxa de desemprego urbano aproximava-se de “18%, contra 10% em 1970, as suas estratégias de sobrevivência individual” já revelavam “seus limites, alimentando a delinquência e a prostituição”. E, o ambiente político, continua um espaço mais ou menos tão somente masculino:

além dos obstáculos estruturais de ordem cultural e social, histórico e legislativo, entraves conjunturais limitam a participação das africanas na vida política. Elas não são representadas além de 8% nas instâncias decisórias no topo da hierarquia do Estado (WONDJI, 2010b, p. 1137).

Se os primeiros períodos da década de 1990 assistiram o fim das guerras de libertação nacional, com a independência da Eritreia, da Namíbia, e a chegada ao poder da maioria negra na África do Sul bem como a abolição do sistema de apartheid, as guerras que destruíram certos países africanos no decurso desses anos, por seu lado, eram de outro carácter (WONDJI, 2010b). A este respeito o autor comenta o seguinte:

São guerras civis nascidas em consequência de problemas econômicos e políticos, frequentemente cristalizados em confrontos étnicos, culturais e religiosos: os massacres coletivos perpetrados no Burundi e em Ruanda, as sangrentas matanças na Argélia, os mortíferos enfrentamentos na Libéria e em Serra Leoa continuam a alimentar a imprensa e as mídias com as suas

notícias macabras. Alguns movimentos separatistas hesitantes ou resolutos (Casamance, Comores, Sudão), reivindicações identitárias (problema tuaregue, no Mali e no Níger), disputas fronteiriças (Camarões / Nigéria), estas questões completam o quadro das crises africanas (WONDJI, 2010b, p. 1139-1140).

Todavia, a conquista do poder pela Aliança das Forças Democráticas pela libertação do Congo (AFDL), de Laurent-Désiré Kabila, no antigo Zaire, atolado havia sete anos em uma transição democrática comprometida, emergia como o maior acontecimento político na África ao longo do ano de 1997. Seguramente porque, pela primeira vez depois do fim da Guerra Fria, uma crise africana de grande dimensão seria totalmente solucionada pelos africanos, particularmente os da África Central, Oriental e Austral. E o espírito otimista, revelado pelos chefes de Estado na diretoria da Organização da Unidade Africana (OUA), em junho de 1997, ao referirem o “renascimento”, afastava os africanos do “afropessimismo” ocidental (WONDJI, 2010b).

Em suma, percebe-se que a tendência dos Estados africanos pós-coloniais em inibir o debate em torno da questão étnica em detrimento do desenvolvimento nacional não produziu o efeito, visto que isso não traduziu em panaceia do problema em questão. Os quadros dos acontecimentos políticos nacionais dos diversos países africanos, analisados por diversos autores acima tratados, revelam que a etnicidade tem sido um fenômeno sempre presente dentro dos jovens estados nacionais africanos subsaarianos, que precisa ser reconhecida, tratada e conjugada a nação. Percebe-se também que o desenvolvimento, ditado por organismos financeiros internacionais através dos seus programas de ajustamento estrutural, no lugar de dar respostas às necessidades urgentes das populações africanas, gerou crises econômicas e sociais, que despertou ondas de protestos de diferentes segmentos sócias no continente.

No que refere à Guiné-Bissau, em particular, constata-se que o debate sobre nação e desenvolvimento ocupa um lugar de destaque no conjunto de produções intelectuais do INEP e da *Soronda*, identificados nos trabalhos dos seus principais intervenientes, nomeadamente Carlos Cardoso, Carlos Lopes, Diana Lima Handem e Raul Mendes Fernandes, cujas reflexões académicas transitam entre vários temas que retratam os diferentes períodos históricos da Guiné-Bissau, pensando, em parte, a nação e o desenvolvimento no país.

Por ser a Guiné-Bissau um dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) que mais fragilidade institucional e violência tem vivenciado, e enfrentado vários conflitos no pós-independência, o debate sobre nação e desenvolvimento é de extrema importância na medida em que pode trazer contribuições que propõem uma reflexão sobre que modelo de Estado-nação e do próprio desenvolvimento que se pretende para o país, visto que, no contexto africano, em geral, tem-se percebido uma complexa relação entre a etnicidade e a política e as tensões entre a pretensa construção de um Estado baseado no princípio de unidade nacional e as dinâmicas étnicas e nacionais.

Quanto à importância, particularmente, do debate contemporâneo sobre nação, compartilhamos a perspectiva do sociólogo moçambicano Sérgio Baleira (2001) que chama a atenção de que na atualidade um problema que deve merecer um esforço de compreensão é a relevância que debate sobre

a questão nacional vem adquirindo, num estágio da história em que a redefinição do papel do Estado e o curso aparentemente irreversível da globalização parecem se tornar cada vez mais realidade e preencher agenda de discussões das ciências sociais, da imprensa, do meio intelectual em geral e mesmo das conversas travadas no âmbito do senso comum. A prevalência até hoje das reflexões sobre o assunto bem como as novas abordagens com perspectivas redefinidas e as tentativas de busca de novos ou melhores paradigmas para análise do problema parecem ser prova inquestionável de que, apesar das metamorfoses que tem sofrido no decurso da história, a nação continua sensivelmente em destaque na ordem das lealdades. E os

casos empíricos de nacionalismos segregacionistas e separatistas, envolvendo e se mesclando sempre com aspectos diversos como religião, cultura, etnia, língua, história, economia, raça, etc., justificam retomar o tema a partir de posições redefinidas (BALEIRA, 2001, p. 157-158).

Para o autor, numerosos esforços empreendidos a favor da “teorização do problema de nacionalismo e da proliferação do Estado-nação” merecem louvor, apesar de que até nos dias atuais não se tenha alcançado nenhuma “conclusão unânime”. Benedict Anderson (2008) também já havia sinalizado este problema, observando o seguinte: “Nação, nacionalidade, nacionalismo – todos provaram ser de difícilíssima definição, que dirá de análise. Em contraste com a enorme influência do nacionalismo sobre o mundo moderno, é notável a escassez de teorias plausíveis sobre ele” (ANDERSON, 2008, p. 28). Portanto, Baleira (2001) acredita, ainda assim, que para qualquer pesquisador

esse fato deve antes estimular do que inibir um maior empenho nas pesquisas tanto teóricas quanto empíricas sobre esse problema, que não é simplesmente um objeto de reflexão, mas do agir político, pois seus limites lógicos têm institucionalmente legitimado ações que condenam ao sofrimento desumano e à morte uma grande parcela da população mundial (BALEIRA, 2001, p. 158).

Neste capítulo, traçamos um breve histórico sobre a fundação do INEP, fruto de esforço mesclado com a coragem de um grupo de jovens intelectuais guineenses inconformados com o estado de atraso do país em matéria de estudo e investigação científica na Guiné-Bissau. Mesmo com limitados recursos financeiros, conseguiram fundar uma instituição de grande prestígio e que conquistou seu reconhecimento nacional e internacional através da publicação de resultados de pesquisas feitas por seus investigadores internos e externos. Ao longo de seu desenvolvimento institucional muito contribuiu para o avanço do debate científico nacional e assessoria ao Estado guineense em matéria de elaboração e

execução políticas de interesses nacionais. Os trabalhos publicados em suas coleções e na *Soronda* (criada mais tarde como espaço privilegiado de divulgação de trabalhos científicos da instituição), demonstra o papel importante do INEP no debate sobre construção da nação e desenvolvimento da Guiné-Bissau. Destacamos seus principais temas e principais intervenientes do debate. Apontamos a carência do debate sobre a etnicidade observado no conjunto de produções intelectuais, quer do centro, assim como da revista em detrimento do tema desenvolvimento, tema que merecia mais atenção dos Estados africanos recém-independentes.

## 2 **O debate sobre nação e desenvolvimento**

---

No capítulo anterior, após passarmos por uma abordagem sobre o histórico da fundação e do desenvolvimento institucional do INEP, vimos como as preocupações governamentais africanas estavam mais centradas no desenvolvimento do que na etnicidade, e também como o tema do desenvolvimento era pensado internamente – como desenvolvimento econômico antes de mais nada – diante das opções práticas que os governantes africanos tinham diante de si, fortemente condicionadas por fatores externos, em especial a Guerra Fria e a persistência de relações econômicas estabelecidas ao longo do processo colonial, e que reforçavam a dependência dos novos países africanos em relação aos países capitalistas ocidentais e aos órgãos econômicos mundiais por eles controlados.

Neste capítulo, pretendemos apresentar com maior profundidade alguns aspectos do debate sobre a nação e o desenvolvimento na Guiné-Bissau, através de seleções de artigos publicados na *Soronda*, em diálogo com uma bibliografia secundária que permita colocar em perspectiva os argumentos expressos nesses trabalhos. Este esforço está dividido em três seções. Na primeira, discutiremos a relação entre nação e identidade nacional no contexto da emergência do Estado a partir da luta de libertação e dos primeiros anos de experiência da independência política na Guiné-Bissau. Na segunda, buscaremos observar como as raízes históricas da nação bissau-guineense foram tematizadas, em especial em torno das camadas crioulas que se constituíram no território costeiro a partir dos séculos XVII e XVIII, e suas transformações sucessivas. Na terceira e última sessão, retomaremos o tema do desenvolvimento a partir das críticas aos modelos e políticas desenvolvimentistas implementadas na Guiné-Bissau, em um conjunto de esferas da experiência social no pós-independência.

## 2.1 A nação e a identidade nacional bissau-guineense

Neste tópico será abordado o debate em torno das condições de possibilidade da nação bissau-guineense, buscando estabelecer sua relação com a emergência de uma identidade nacional durante o processo da luta armada de libertação nacional e destacando os problemas relativos à unidade nacional uma vez obtida a emancipação política.

No pós-independência, a construção da unidade e a consolidação da consciência nacional demandavam dos agentes políticos e dos intelectuais envolvidos no projeto nacionalista, entre outros fatores, um conhecimento profundo da realidade sociocultural da Guiné-Bissau. A publicação dos trabalhos da edição inaugural da revista, em 1986, foi pensada pela sua direção como uma possível contribuição para esta finalidade. E, de igual forma, acreditou-se que a revista viria a preencher uma lacuna na produção e na circulação do conhecimento sobre os problemas nacionais, transformando-se num fator dinamizador do debate científico guineense, pensado como condição necessária para a elaboração de políticas públicas e dos grandes planejamentos governamentais no sentido do desenvolvimento social e econômico (SORONDA, 1986).

Para esta seção, utilizaremos como fio condutor um debate levantado em três artigos: o do sociólogo e historiador Carlos Lopes, publicado na série 1, n. 1 (1986); o artigo do linguista colombiano Brian King, presente na série 1, n. 7 (1989); e o do linguista bissau-guineense Ibrahima Diallo, que apareceu na série 1, n. 8 (1989). Por critério de definição de nossa escolha, interessam a este trabalho apenas temáticas que versam sobre a vida política do país no período tratado. Sobre os dois últimos autores, é importante observar que, apesar de virem duma formação no campo da linguística, suas reflexões acadêmicas contribuem para o debate sobre a nação, identidade e cidadania na Guiné-Bissau. Como partes do objeto de análise, outros trabalhos como os de Manuel dos Santos (1989), Carlos Ribeiro (1989), Carlos

Lopes (1988 e 1989), Diana Lima Handem (1989) e Carlos Cardoso (1989), publicados no âmbito do INEP, serão utilizados como contraponto para compreender os artigos que estruturam a linha argumentativa desta seção.

Carlos Lopes (1986) inicia sua narrativa sobre a nação bissau-guineense com uma análise crítica do “Estado pós-colonial” africano, caracterizado, segundo ele, pela reprodução da suposição da “existência de uma nação com mesmas delimitações territoriais” das fronteiras, baseada no “modelo de Estado da revolução burguesa”, apoiada sobre a suposta existência prévia de uma entidade política nacional. E a Guiné-Bissau não fugiria a esta “regra”. Segundo ele, a experiência do país após uma década da independência era igual à de seus “parceiros africanos”, que estavam todos a edificar a nação, visto que o fenômeno nacionalista não tinha sido “suficiente para formular um projeto nacional”. Lopes defende a necessidade de um território e seus habitantes (como a Guiné-Bissau) possuir um projeto coletivo.<sup>7</sup> Ele conclui que o “desenvolvimento”, percebido como “processo endógeno de dinamização econômica e social” é indispensável para que “qualquer sociedade saia da autarcia”, provavelmente percebida na sua definição como uma política econômica enraizada no princípio de autossuficiência das pequenas comunidades rurais. Portanto, para que o desenvolvimento ocorra deste modo é preciso uma soma de “objetivos comuns” compartilhados por uma “comunidade” que detém “valores comuns”. Para ele, estas premissas estão longe de se tornar uma realidade na Guiné-Bissau e desse modo parece revelar-se uma “crise de identidades”. Para ele, tais crises “devem-se à falta de um projeto nacional”, visto que nem sempre existe uma “consciência nacional”.

Entretanto, subentende-se que era por meio do desenvolvimento da consciência nacional que brotaria o sentimento coletivo, não como um dado empírico substantivo, mas

<sup>7</sup> Segundo Lopes (1986) quando isso se concebeu na luta de libertação nacional logo as “bases da nação” começaram a emergir. Entretanto, tudo teria estagnado depois da bandeira da república guineense ter sido erguida.

sim como uma construção simbólica do presente, que permitiria definir o projeto nacional que daria corpo a existência da identidade nacional guineense que cuja falência, segundo Lopes (1988) se deve também à ausência de um projeto nacional.

Na Europa ocidental, a língua impressa jogou um papel importante para o nascimento da consciência nacional. Como descreve Benedict Anderson (2008), o capitalismo foi bem-sucedido em montar vernáculos de aparências semelhantes, dentro das fronteiras exigidas pela gramática e pela sintaxe, produzindo línguas impressas, reeditadas mecanicamente, capazes de se difundir por meio do mercado. Foram estas línguas impressas que, a partir do século XV, cimentaram as bases para o nascimento da consciência nacional, ao construírem campos unificados de trocas comunicativas abaixo do latim utilizado pelas elites eruditas e acima dos vernáculos falados localmente pelas populações que habitavam os territórios controlados pelos Estados em processo de estruturação. Os falantes da grande diversidade de variantes francesas, inglesas e espanholas, que julgariam difícil se entenderem oralmente, puderam se entender por meio do papel e da letra impressa. Estes companheiros de leitura, que se vinculavam uns aos outros por meio da letra impressa, formaram na sua invisibilidade visível, secular e particular, o germe da comunidade nacional imaginada. Além disso, o capitalismo tipográfico deu uma nova fixidez à língua, o que, mais tarde, contribuiu para a construção da imagem antiga bastante substancial à ideia subjetiva de nação. Terceiro, o capitalismo tipográfico instituiu línguas oficiais diferentes dos vernáculos administrativos precedentes. Imperativamente, certos dialetos que se encontravam mais perto da língua impressa, acabaram alcançando suas formas finais (ANDERSON, 2008).

Na Guiné-Bissau, foi a luta armada de libertação nacional que lançou a base para o nascimento da consciência nacional, objeto de disputa, ancorada nos ideais do projeto da “comunidade imaginada” da elite político-intelectual da sociedade crioula como seu ponto de partida. Segundo Ibrahima Diallo (1989) a luta de libertação nacional reuniu a população em

torno do “programa unificador”. Ela tinha criado o “germe da unidade”, em desvantagem das “barreiras de outrora”. Era da unificação de um conjunto díspar, mas interligado, de “elementos históricos” que brotava (com a colaboração antagônica do regime colonial) a solidariedade, cuja longa duração tinha permitido o surgimento contínuo de uma “consciência nacional” percebida por muitos como uma primeira etapa de marcha para o “nascimento de um povo plural”, não obstante a existência de “interesses, portanto de percurso”. Subentende-se que a existência de interesses de que refere Diallo, era a forma como este povo plural que emergia da luta armada de libertação nacional tomava a nação para si, e o percurso refere-se à história do passado colonial desta sua pluralidade.

Portanto, foi diante de tal fato histórico que o Estado da Guiné-Bissau foi proclamado em 24 de setembro de 1973 pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Conforme Diallo,

se é verdade que o movimento de libertação nacional é frequentemente um movimento nacional sem nação, é igualmente verdade que, no quadro dos povos que lutam pela sua emancipação, é dele que nasce a consciência nacional que permita a construção de uma contra-sociedade [...] (DIALLO, 1989, p. 89).

Ainda conforme este autor, a consciência nacional, imposta pelo movimento de libertação nacional, deveria alcançar “um nível de maturação” capaz de viabilizar o processo de “integração nacional”. O seu questionamento é de se isso realmente foi alcançado. Para ele, o grande desafio de pôr em prática esta tarefa foi incumbida ao Estado independente, uma vez que, “tanto na Guiné-Bissau como noutras partes da África, contrariamente da Europa, o Estado precede a nação” (DIALLO, 1989, p. 90), uma visão que parece ser contestada por Carlos Lopes (1986), que acredita que o Estado precede a nação em qualquer contexto, mesmo na Europa. Esta é a posição da maior parte dos teóricos, inclusive europeus como por

exemplo Ernest Gellner (1993), Miroslav Hroch (1993), Anthony Smith (1992) e Benedict Anderson (2008). Na visão de Manuel dos Santos (1989) a luta armada de libertação nacional que, ao favorecer um dado nível de unidade das populações bissau-guineenses em torno de um objetivo coletivo, neste caso a luta contra o colonialismo português, gerou importantes vínculos de solidariedade e interdependência entre diversos grupos, mas não produziu a unidade nacional, assim como a nação bissau-guineense. Na verdade, criou suas bases, seus fundamentos, seus alicerces e criou condições indispensáveis, embora pouco suficientes ao seu nascimento. Por outro lado, segundo Diana Lima Handem (1989), desta luta teria nascido a consciência nacional, entendida como o sentimento de pertença a uma comunidade que transcende as fronteiras étnicas ou comunidades pluriétnicas. Conforme Handem (1989) a criação a partir de fevereiro de 1964, após a realização de Congresso de Cassacá, do exército regular, as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) – que reuniam tanto aqueles que os Portugueses chamavam de “indígenas” como os “assimilados”, animistas como muçulmanos, e indivíduos pertencentes tanto a sociedades segmentárias como a sociedades de classes com o poder centralizado – era o indício do nascimento da consciência nacional, ao longo da luta armada de libertação nacional, entre as populações residentes na então Guiné Portuguesa, principalmente as camadas camponesas que formavam a grande parte desta população.

Um outro aspecto notável que também teve uma função importante na história do nacionalismo é o sistema universal de educação formal (junto com a imposição, por meio dele, de uma língua nacional), bem debatido e rebatido na teoria nacionalista. Ernest Gellner (1993) observa a importância deste sistema na sociedade moderna europeia (industrial), em que todos seus membros tinham de ser inclinados pela busca e compartilhamento da única cultura superior, um sistema de pensamento ordenado e padronizado que apenas podia ser conseguido por meio da instrução formal, que não tolera a reprodução desenfreada de subcul-

turas internas, ancoradas ao âmbito e interditas em sua intercomunicação mútua. Sua conquista possibilitava não apenas o acesso a vários privilégios como emprego, à cidadania legal e moral e todas as formas de participação social. Deste modo, a pessoa se identificava com a sua cultura superior e aspira por fazer parte de uma unidade política em que funcionavam as burocracias que faziam o uso de tal linguagem cultural. Esta sua busca obsessiva pela integração a uma unidade política traduz-se num sentimento nacionalista ou a consciência nacional, percebida também por Anthony Smith (1992) como um fato posterior a disseminação do nacionalismo.

Na Guiné-Bissau, no decurso do processo da luta armada de libertação nacional (que marcou o ponto mais radical do nacionalismo bissau-guineense), as instituições de educação formal concebidas pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC, nas regiões libertadas do exército colonial e nas fronteiras desempenharam um papel perceptível na formação da consciência nacional entre as novas gerações. Tal papel tinha sido fundamental nos internatos que acolhiam alunos vindos de várias regiões com cultura e língua diferentes. As primeiras diretrizes para educação guineense foram definidas também no contexto do Congresso de 1964, que definiu a criação de uma escola com sede em Conacri, capital da vizinha Guiné, vocacionada a abrigar “os combatentes em trânsito ou feridos e também os filhos de combatentes órfãos de guerra” (ALMEIDA, 1981). Handem acredita que tanto a A Escola Piloto, estabelecida em Conacri, quanto a Escola de Teranga, na Casamansa, no Senegal, colaboraram de forma eficaz para criação de “Homem Novo [...] cuja caracte-

rística essencial devia consistir numa total integração na nação em construção”<sup>8</sup> (HANDEM, 1989, p. 276).

O real impacto destas escolas, particularmente a Escola Piloto do Instituto Amizade, consistiu no papel que elas desempenharam no concernente à educação de crianças vítimas da de luta de libertação, mediante uma instrução de até 3º ano escolar que lhes conferia a possibilidade de seguir nos seus estudos através de bolsas ao PAIGC concedidas pelos países estrangeiros para a formação de seus quadros nos cursos de nível médio à superior. Da criação do Instituto Amizade em 1965 ao fim da guerra colonial em 1974 transitaram por essa escola aproximadamente mil alunos, dos quais 290 foram enviados para Europa, onde prosseguiram com seus estudos (ALMEIDA, 1981).

O envio das meninas e rapazes para formação profissional no exterior, com o objetivo de auferirem de uma formação técnica ou de nível superior, representou um elemento fundamental na criação e consolidação da consciência nacional, visto que congregava indivíduos de diversas origens étnicas que, no estrangeiro, sentiam a necessidade de se abraçarem a algo comum para encararem ao desconhecido. Deste abraçar-se a algo comum, nos primeiros períodos da luta armada (1962-1963), emergia o esforço na luta contra o mesmo opressor, a coesão gerada não pela língua, mas sim pela cor da pele, permitindo surgir a consciência da pertença a uma comunidade nacional, superando as próprias fronteiras étnicas (HANDEM, 1989). Entretanto, os vínculos de “solidariedade étnica”, mesmo que reduzidos em dados sentidos ou em dadas regiões, ainda se faziam sentir, constituíam um obstáculo ao

<sup>8</sup> A ideia de um “Homem Novo” (com maiúsculas) era bastante disseminada no universo da esquerda em todo o mundo a partir de fins da década de 1950, tendo origem provável na generalização de textos soviéticos do período revolucionário. Resumidamente, era o sujeito histórico da própria revolução, que deveria corresponder aos estágios pós-capitalistas do desenvolvimento humano, abandonando características morais associadas ao capitalismo e à burguesia como o individualismo e o consumismo, a primazia do interesse material e a busca por se sobrepor ao conjunto da sociedade de iguais que era vista como a finalidade última da história. No contexto angolano, guineense e moçambicano, o “Homem Novo” foi um recurso ideológico central dos movimentos nacionalistas, que sonhavam construir a nação a partir deste novo sujeito histórico, livre de valores de tradições africanas consideradas nos discursos nacionalistas como retrógrados. Essa é uma discussão que não cabe no escopo desse trabalho, mas que merece aprofundamento em outro momento da pesquisa.

desenvolvimento social e econômico da Guiné-Bissau, e uma ameaça de fragilização da estabilidade social e política já alcançada (SANTOS, 1989). Isso ocorre porque as populações etnicamente heterogêneas possuiriam uma consciência de pertença étnica muito mais desenvolvida (LOPES, 1989). Acredita-se que apesar de a “cosmologia étnica” ser bastante forte, em consequência de “relações de parentesco”,

situações socioculturais podem produzir uma interação favorecendo uma penetração recíproca de culturas, capazes de superar o sentimento de pertença ao nível restrito, alargando a consciência a um campo mais vasto, a comunidade nacional (LOPES, 1989, p. 259).

Em suma, nota-se que a etnicidade era percebida como um elemento que precisava ser superado para que houvesse condições para a consolidação da consciência nacional, a qual daria corpo à existência da nação e ao impulso para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. O fato é que esta dicotomia consciência étnica vs consciência nacional foi um fator importante ao longo dos 46 anos da independência da Guiné-Bissau, e tem revelado o caráter (implícito) conflitante e constituinte da própria nação bissau-guineense como um projeto político disputado, cujo critério sobre qual se pode definir como nação passa necessariamente pela existência unicamente da consciência nacional.

O debate europeu sobre o nacionalismo na virada do século XIX para o XX, quando ele emergiu naquele espaço como um dos mais importantes fenômenos do mundo social, pode ser interessante para melhor localizar os dilemas que se colocavam aos intelectuais e políticos guineenses do pós-independência. Para o nacionalista austríaco Otto Bauer (2002 [1924]), que escreveu no começo do século XX a partir de uma perspectiva de esquerda, a nação é concebida, antes de mais nada, como uma relativa comunhão de caráter, que é produzida através de causas afetivas e similares. Neste sentido, a nação é definida como uma comunhão de destino. A comunhão de caráter a que se refere Bauer remete-se ao “caráter nacional”, que

significa uma soma das “características físicas e mentais” que são próprias a uma nação, que ligam “seus membros e os separam de outras nações”. Na concepção de Bauer, portanto, a ideia de caráter nacional se aproxima da ideia de raça, bastante influente nesse mesmo período, na medida em que postula ser possível distinguir, substantiva e empiricamente, as nações com base em traços físicos e psicológicos. Já a comunhão do destino significa uma “interação mútua geral” orientada para o futuro. Apenas este destino, vivenciado em constante relação de uns com os outros, produz a nação. Na concepção do orientalista francês do fim do século XIX Ernest Renan (2002 [1882]), a nação é “uma alma, um princípio espiritual”, “o desejo de viver juntos”, “uma grande solidariedade constituída pelo sentimento dos sacrifícios”, “o desejo claramente expresso de continuar a vida em comum” – que implicavam, resumidamente, “um plebiscito diário” (RENAN, 2002, p. 159). Portanto, para ele, duas coisas formam tal alma, e tal princípio. Uma reside no passado e outra se resume no presente. A primeira trata da “posse em comum de um rico legado de lembranças”, e a segunda se refere ao “consentimento atual”, “a vontade de continuar a fazer valer a herança que se recebeu indivisa”. Por outro lado, conforme o político inglês Lord Acton (2002 [1862]), que na segunda metade do século XIX se opunha ao nacionalismo dos países dominados pelo Império Britânico, tanto na própria Europa quanto em outros continentes, “a nacionalidade” se fundamenta “na supremacia perpétua da vontade coletiva”. Para salvaguardá-la, a “unidade da nação” é condição imprescindível, “à qual todas as demais influências deve se curvar, e contra a qual nenhuma obrigação goza de autoridade e toda resistência é tirânica”. A nação, aqui, trata-se de uma “unidade ideal”, assente na “raça”, defrontando a ação transformadora das “causas externas, da tradição e dos direitos existentes”. Ela sobrepuja o direito e anseio dos habitantes, apreendendo seus interesses antagônicos numa unidade imaginada; sacrifica suas múltiplas tendências e múltiplas exigências da mais alta nacionalidade; domina todos os direitos naturais e todas as liberdades firmadas para se legitimar.

Ainda segundo Acton, na Antiguidade a idolatria e a nacionalidade caminhavam lado a lado, e o mesmo se conforma a uma e outra nas antigas escrituras sagradas do cristianismo. A tarefa da Igreja, a partir de sua constituição, era vencer as dissensões nacionais. No tempo em que valia seu domínio, no qual toda área geográfica da Europa curvava sob as mesmas leis, toda arte literária estava integrada apenas numa língua e a unidade política cristã era representada apenas num soberano, ao passo que sua parte intelectual era simbolizada apenas por uma universidade. O mundo medieval criou uma nova situação em que a nação deixava de representar a referência meramente natural à descendência comum ou a modos de vida compartilhados, e passava a ser uma entidade moral e política, em que diversos costumes locais podiam conviver dentro do quadro geral unitário provido pelo cristianismo, desenvolvendo-se sob a ação do Estado. A nacionalidade instituída pelo Estado, por conseguinte, seria “a única a que devemos as obrigações políticas”, e, conseqüentemente, “a única que tem direitos políticos”. Sua grande relevância, num Estado, residiria no fato de ela ser o sustentáculo da capacidade política (ACTON, 2002).

A partir da análise dos três autores apresentados, pode-se observar que essa distinção interna na conceituação de nação entre uma unidade empírica, definida pela raça ou pela cultura, e um contrato social que estabelece um governo coletivo continuaria a marcar os debates acadêmicos sobre o “problema das nacionalidades” na Europa e sobre o nacionalismo em todas as partes do mundo desde o início do século XIX até o final do século XX. A origem dessa tensão remonta ao século XVIII, nomeadamente pelas contribuições teóricas do filósofo alemão Gottfried Herder e do filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau, as quais deram à nação um aspecto de heterogeneidade enraizada no passado histórico e cultural e um aspecto de veículo político voluntariamente aceite (FIGUEIREDO, 2012). Um outro movimento importante que ocorreu nas formas de pensar e definir a nação ao longo do século XIX, e principalmente no século XX, foi a busca por critérios objetivos e subjetivos que pudessem definir o

que era e o que não era uma nação. Essa questão de natureza mais prática, e com efeitos empíricos bastante importantes, dominou a pauta do debate teórico e das lutas políticas que de alguma forma mobilizavam o nacionalismo, sem que se chegasse nunca a um consenso.

Eric Hobsbawm (1990) notou o dilema diante da definição da nacionalidade, que os “critérios objetivos” (baseados no território, línguas formas) e “critérios subjetivos” (baseados na escolha ou na consciência) não conseguiram resolver. Conforme Hobsbawm, a nação em sentido moderno é essencialmente político e recente na história política mundial, carregada de múltiplas definições que lhes conferem significados que vão desde “unidade étnica” até seu emprego mais recente que sugere mais “a noção de independência e unidade política”. O outro significado político da nação equivalia a “o povo”, e fazia coincidir o povo e o Estado, a modo das revoluções francesa e americana. Para ele, não se pode analisar na nação revolucionária nada igual ao programa subsequente de formar Estados-nações para sociedades determinadas nos limites dos critérios fortemente discutidos pelos estudiosos de século XIX, como a etnicidade, língua comum, religião, território e lembranças históricas comuns.

Ainda de acordo com esse autor, a partir de momento em que o número de Estados-nações era minúsculo no princípio do século XIX, a questão clara para os pesquisadores era: quais populações europeias, em grande número, reúnem requisitos de uma “nacionalidade” e o que poderia ser considerado um Estado, e quais Estados, em grande número, estariam embutidos de caráter nacional. A formulação de listas com critérios definidores de nações que pudessem atender a estas regras do jogo obedeciam a este propósito. Na realidade, existiam só três critérios que davam possibilidade a um povo tornar-se solidamente considerado como nação, sempre que fosse bastante grande “para passar da entrada”. O primeiro era sua ligação histórica com um Estado presente ou com um Estado de passado recente e possivelmente duradouro. O segundo critério era determinado pela existência de uma elite cultural estabelecida por um longo período de tempo, que tivesse “um vernáculo administrativo escrito”. O

terceiro e último critério era determinado por uma real “capacidade para conquista”. Outros concorrentes a existir como nação não estavam meramente postos de lado logo no início e nem existia nenhuma possibilidade predeterminada a seu favor. O rumo mais seguro para se conquistar a nacionalidade era, possivelmente, o de fazer parte de alguma entidade política a qual, pelos modelos do liberalismo, século XIX, fosse estranha, antiquada e condenada pela história e progresso. Portanto, na visão da ideologia liberal, a nação representava a fase do avanço civilizatório conseguido em meados do século XIX. O outro lado da moeda desta perspectiva da nação como progresso foi o resultado da “assimilação de comunidades e povos menores aos maiores”. Isso não resultou absolutamente no “abandono de antigas lealdades e sentimentos”, ainda que esta fosse uma possibilidade.

Boa parte das questões enfrentadas por políticos e nacionalistas europeus do final da virada do século XIX para o XX continuaram a ser relevantes para os historiadores, sociólogos e cientistas políticos que tentaram dar forma a uma teoria geral do nacionalismo. Ernest Gellner (2002 [1993]) no seu célebre trabalho sobre a história da formação de Estados nacionais na Europa, não escondeu os horrores dos episódios que marcaram o continente no século XX. Observa que “a era do nacionalismo” foi um “período” de notável “esforço” pela efetivação do imaginário de “uma cultura, um Estado”. Gellner elenca quatro métodos pelos quais essa conformidade ideal entre uma cultura e um Estado foi estabelecida: em primeiro lugar, as pessoas podem adquirir uma cultura ainda que tenham sua origem em outra. Seu ponto inicial podia ser uma “subcultura” ou um dialeto mais ou menos próximo da cultura final.<sup>9</sup> O nacionalismo precisaria então de uma “cultura” (escrita) a partir de onde atrair e homogeneizar “subculturas” (orais, restritas e geralmente rurais). O procedimento pode ser essencialmente “espontâneo e até quase inconsciente”, ou seguido de “instruções da

<sup>9</sup> Aqui é importante especificar que Gellner entende cultura não na perspectiva antropológica, mas na perspectiva de uma “alta” cultura, necessariamente escrita e erudita, mais próxima ao conceito antropológico de “grande tradição”. Para se referir a conjuntos de traços culturais característicos de pequenos grupos, ele utiliza o termo “subcultura”.

autoridade política e educacional”, ou ainda orientado por “ativistas culturais autônomos e independentes”, que atuavam independentemente de “autoridades políticas ou até em desacato a elas”; em segundo lugar, as pessoas que são “consideradas inadequadas” à inclusão na desejada “unidade sociopolítica – étnica e homogênea” – podiam “ser envenenadas por gás”, assassinadas a tiros e sujeitadas à fome; em terceiro lugar, as pessoas “consideradas inadequadas” podiam ser transferidas para uma outra área, quer este seja ou não ocupada “por uma unidade política que se dispunha a acolhê-las”; finalmente, as fronteiras podiam ser adequadas “de modo a combinar populações culturalmente semelhantes em uma única unidade política”.

Segundo Miroslav Hroch (2002 [1993]), o processo pelo qual se deu a formação das nações na Europa é exclusivamente representado como o desdobramento ou a difusão das ideias do “nacionalismo”. A disseminação de ideias nacionais poderia se dar apenas em contextos sociais particulares. A construção das nações nunca tinha sido um simples projeto de intelectuais gananciosos ou “narcisistas”, e as ideias não conseguiram “circular pela Europa por sua própria força inspiradora”. Os intelectuais apenas conseguem “inventar” comunidades nacionais caso já estiverem obtidas algumas condições prévias “objetivas para formação de uma nação”. Segundo Hroch (2002), o cientista político de Praga Karl Deutsch ressaltara, já na década de 1940, que a consciência nacional só pode surgir quando houvesse “algo de que ela se conscientize”.<sup>10</sup>

Conforme Hroch, a Nação não é uma categoria eterna. Foi o resultado de um prolongado e difícil processo de avanço histórico na Europa, definido como

um grande grupo social integrado não por uma mas por uma combinação de vários tipos de relações objetivas (econômicas, políticas, linguísticas, culturais, religiosas, geográficas e históricas), e por seu reflexo subjetivo na consciência coletiva (HROCH, 2002, p. 86).

<sup>10</sup> A teoria de Deutsch define como força motriz da consciência nacional a integração crescente no interior de um dado território por meio do aumento da comunicação interna (língua vernácula, correios, jornais, sistema universal de educação formal etc.) em relação à comunicação com o exterior desse território.

Para Hroch, entre tais laços destacam-se como imprescindíveis: a ‘lembrança’ de algum passado comum, definido como ‘destino’ do grupo, ou, ao menos, de seus elementos centrais; uma consistência de laços linguísticos ou culturais que possibilitam um nível mais elevado de interação social no seio do grupo do que fora dele; um pensamento que estabeleça a igualdade de todos integrantes do grupo, organizado como uma sociedade civil.

Um outro ponto que também marcou os debates acadêmicos sobre o nacionalismo no final do século XX foi questão da identidade nacional que é construída na base de manipulação e imposição. Segundo John Breuilly (2002 [1994]) os intelectuais e nacionalistas utilizam mitos e símbolos recebidos do passado e os articulam em um arranjo de fundamentos voltados a fomentar a identidade nacional e legitimar suas lutas. Neste sentido, a língua ocupa um papel importante, servindo-se

como um repositório da cultura e da memória nacional, um armazém de mitos, mas também como uma questão de interesse político, econômico, jurídico e educacional. [...] quando não é nada além de um repositório, ela tem mesmo pouquíssima importância para qualquer um, a não ser para elites culturais auto-selecionadas. [...] como na Irlanda, essas elites assumem o poder e usam o Estado para impor uma política da língua [...] (BREUILLY, 2002, p. 160).

Na Guiné-Bissau, foi a elite crioula que, ao assumir a liderança política do Partido-Estado resultante da luta armada de libertação nacional que marcou o ponto mais elevado do nacionalismo bissau-guineense, usou o Estado para impor uma política da língua, neste caso a língua crioula ou crioulo. Se para Brian M. King (1989) o crioulo é tido como uma fonte de identidade nacional bissau-guineense; ele é percebido por Diallo (1987) como uma língua de imposição, da elite política dominante crioula, que em torno da qual se deveria construir a unidade nacional na Guiné-Bissau, alimentada através da adoção do crioulo no sistema educativo formal.

Em relação à questão nacional na Guiné-Bissau vimos que a ausência do sentimento coletivo se deve à falta do desenvolvimento da consciência nacional, fato que permitiria a definição do projeto nacional que daria corpo à existência da identidade nacional guineense cuja falência se deve também à ausência de um projeto nacional, não obstante o papel que a língua crioula tem desempenhado neste sentido, e que, no âmbito da unidade nacional, que se pretende por meio critério de linguístico, revela-se um dilema constatado no debate intelectual. Compreende no meio deste debate uma disputa, implícita, quanto ao que deve ser o modelo da nação desejada, livre de aspectos como etnicidade entendida como fator de degenerescência de sua construção. Insistir nesta lógica é negar o próprio processo histórico do nacionalismo africano, particularmente guineense, sobre o qual brotou o sentimento de pertença a uma guineensidade em construção. Também é declarar a morte simbólica da etnia para salvar a nação. A compreensão desse processo passa necessariamente por uma leitura do nacionalismo africano-guineense que logrou a conquista da sua independência por meio da retórica da unidade, ainda que frágil, de suas diversidades.

## **2.2 Primeiras bases sociais da nação guineense**

Se a nação é uma entidade simbólica compósita que contrapõe critérios de unidades objetivas e subjetivos, históricos e políticos, voltando-se ao mesmo tempo para o passado e para o futuro, é necessário observar de que forma, no debate nacional guineense expresso pela produção do INEP, a formação da nação foi pensada historicamente.

Neste tópico será abordado o debate em torno do processo de formação da nação bissau-guineense no que diz respeito a esse olhar sobre o passado, com ênfase na composição ao longo dos séculos e no papel desempenhado historicamente pelas camadas sociais crioulas, em meio às quais se expressaram os primeiros movimentos em direção ao nacionalismo. Para

esta seção, utilizaremos como fio condutor um debate levantado no artigo de Wilson Trajano Filho (2016). Como partes do objeto de análise, outros trabalhos como os de Fafali Koudawo (2001), Carlos Ribeiro (1989) e de Brian King, presente na série 1, n. 7 (1989), publicados no contexto do INEP, além das contribuições de Philip J. Havik (2002), Terence Ranger (2010), Adiele Afigbo (2010), Ali A. Mazrui (2010b) e Amílcar Cabral (1976), serão utilizados como contraponto.

O sociólogo bissau-guineense Carlos Ribeiro (1989) descreve os crioulos da Guiné-Bissau como habitantes dos centros urbanos; aqueles que, de certo modo, se distanciam da população étnica das tabancas (aldeias). Trata-se de um grupo heterogêneo, seja no que tange sua cultura da origem, seja no que diz respeito ao grau de perda de suas raízes culturais. Para o autor, foi do contato direto e permanente entre uma parte colonial e uma parte “étnico-africana” que se deu origem à mestiçagem ou criouldade, tanto no plano biológico como cultural.

No passado foram nomeados de várias maneiras: “lançados”, “grumetes”, “cristãos da terra”, “brancos da terra”, ou ainda “filhos da terra cristãos”. O termo “brancos da terra” remetia aos mestiços (nascida em Cabo Verde ou na Guiné); e os “filhos da terra cristãos” ou os “grumetes” referia aos negros cristianizados que viviam nas praças coloniais portuguesas da Guiné-Bissau. Sua grande parte era oriunda de Cabo Verde, formada por trabalhadores, militares, comerciantes ou degredados, e a outra era originária das próprias comunidades locais (RIBEIRO, 1989, p. 233).

Esse processo, segundo Ribeiro, teve dois momentos principais. Nos primeiros tempos do contato, em que os comerciantes portugueses que chegavam a vários pontos da costa da Senegâmbia, sem ter em terra firme nenhuma base de apoio permanente, os “lançados” que buscavam se instalar na terra eram obrigados a se africanizar, o que incluía casamentos conforme as regras locais. Mais tarde, quando os portugueses conseguem criar no

continente o seu próprio espaço (praças e presídios), embora com autonomia relativa, observa-se um fenômeno inverso: são os africanos que vivem no entorno daquele espaço, e em relação com ele, que se europeízam (RIBEIRO, 1989, p. 233).

Ribeiro confere aos crioulos um papel crucial na evolução das relações de Portugal com o território que viria a se constituir na Guiné. Para ele, um exame apoiado nas fontes históricas conduz à conclusão de que, sem a existência de camadas crioulas, já nitidamente discerníveis em torno das praças e presídios nos séculos XVII e XVIII, não teria sido possível a Portugal passar de um estágio comercial para um estágio da dominação efetiva do território, na virada do século XIX para o XX. Ao longo do tempo, os crioulos apoiavam-se quando necessário nas estruturas políticas locais, representadas pelos “régulos”, no dizer dos portugueses, para legitimar seus interesses, construindo alianças com estas lideranças para fazer frente aos interesses portugueses. Entretanto, assim que se aperceberam da mudança no balanço de poder que havia caracterizado as relações entre o continente e o oceano ao longo dos séculos, retiravam o seu apoio aos régulos para se aliarem aos portugueses. A vantagem relativa que permitiu finalmente a Portugal, nas primeiras décadas do século XX, impor sua soberania sobre o território da Guiné esteve assentada, conforme essa interpretação, na aliança militar dos portugueses com os fulas, por um lado, e na adesão dos crioulos às “campanhas de pacificação”, por outro (RIBEIRO, 1989).

Este jogo político ambivalente dos crioulos permite a compreender, implicitamente, que a aliança e lealdade política dos crioulos estavam em função da estabilidade e dos ganhos da parte de quem eles poderiam esperar esta garantia por um determinado período.

O historiador e cientista social holandês Philip J. Havik (2002), no seu artigo sobre as relações comerciais e de gênero nas praças da Guiné nos séculos XVII e XVIII, ilustra ocorrências de alianças estabelecidas e práticas clientelísticas, a partir de uma narrativa centrada em duas mulheres nascidas com um século de diferença em entrepostos sob

soberania portuguesa na Senegâmbia: Dona Bibiana Vaz de França, ou “Ña Bibiana” e Dona Rosa de Carvalho Alvarenga, ou “Ña Rosa”.<sup>11</sup> Ambas pertenciam a importantes “gãs”, ou associações de comerciantes africanos que controlavam boa parte do comércio que se fazia entre as praças e presídios e o interior, respectivamente de Bissau e Ziguinchor. Havik observa que essas personagens são fundamentais “para a compreensão do espaço social” onde ocorriam conflitos que punham em cheque a efetividade da soberania portuguesa. Suas fortes relações de parentesco, construídas através de convivência e dos matrimônios mistos com ascendências africanas dominantes na esfera da política tradicional, haviam reproduzido um modelo de relação afro-atlântica, que deu facilidade à criação das redes interculturais fortes e ao mesmo tempo fluidas, as quais ultrapassavam em muito o círculo sob controle português. Estas figuras personificavam a combinação entre a mobilidade geográfica e social, que lhes permitiu ter o domínio do comércio da região de Cacheu. Em suma, nota-se que estas alianças e redes clientelares se davam ainda em contexto em que vigorava o poder político dos régulos ou chefes tradicionais.

As mesmas alianças e redes são analisadas pelo antropólogo brasileiro Wilson Trajano Filho (2016) a partir de uma dimensão mais ampla, centrada sobre a sociedade crioula, com seus respectivos desdobramentos em diferentes contextos e períodos históricos. O autor define a sociedade crioula como um conjunto de pessoas nascidas ou criadas nas “praças” – esses pequenos espaços de soberania portuguesa, edificados às margens dos rios da costa de atual Guiné-Bissau, desde meados do século XVI. Essa sociedade era formada por pessoas de origem miscigenada, com vínculos e parentesco com as sociedades africanas localizadas em torno desses aldeamentos e com os comerciantes e administradores portugueses e cabo-verdianos que vendiam suas mercadorias em África, ou prestavam serviços nestas fortificações.

<sup>11</sup> No crioulo da Guiné assim como no de Cabo Verde, “ña” é um tratamento que indica reverência a uma mulher de estatuto social elevado, significando literalmente “senhora”.

Tradicionalmente, a sociedade crioula nunca teve uma grande proporção demográfica em relação ao conjunto dos habitantes do território, e sempre tinha dependido do bom exercício “do papel de intermediário no comércio intersocietário”. No que refere à sua relação estratégica com “regimes de troca”, observa-se que o “mundo crioulo” teve uma ligação com “fluxo de coisas e gente” entre duas principais áreas ecológicas da África Ocidental – a área da floresta, que segue do “sul da atual Guiné-Bissau até a Libéria”, e a área de “savana e do Sahel, que começa no norte da Guiné-Bissau e chega à atual Mauritânia” (TRAJANO FILHO, 2016). De forma semelhante, esse mundo também tinha tido uma participação, direta ou indireta, “no tráfico atlântico”.

Ao longo de toda sua existência, já no século XVI, a sociedade crioula tem se assinalado uma grande heterogeneidade, formada por um punhado de gentes europeizadas e de mundo “indígena” (TRAJANO FILHO, 2016). Na qualidade de um grupo constituído por parentesco bilateral, ela coordenava o comércio intersocietário, intermediando relações e interesses dos chefes e régulos africanos, dos traficantes euro-americanos e do pequeno núcleo de funcionários e militares portugueses que representavam nominalmente o governo das praças (TRAJANO FILHO, 2016).

Casamentos poligínicos e exogâmicos com mulheres oriundas do mundo indígena, em geral as filhas e irmãs dos chefes locais, e a observância de tabus rituais e valores místicos das sociedades tradicionais eram cruciais para a articulação de seu núcleo central com as sociedades indígenas com quem comerciava. Gravitavam em torno dos cabeças das Gãs vários núcleos secundários, organizados basicamente pelos mesmos princípios que presidiam o funcionamento do núcleo central, dando origem a um complexo conjunto de relações de dependência, patronagem e clientelismo. Por meio dessas relações, as Gãs eram a um só tempo a instituição de crioulação paradigmática, as unidades econômicas mais fundamentais e a verdadeira fonte da autoridade das praças crioulas. Era, sobretudo, como membros desses grupos corporados que os moradores das povoações crioulas

interagiam entre si e com as sociedades tradicionais que os circundavam, orientados pelo padrão de reciprocidade “dono do chão-estrangeiro” (TRAJANO FILHO, 2016, p. 918).

O fim do tráfico atlântico e o estabelecimento, cerca de 1840, das *plantations* de amendoim assinalam o início da segunda fase da história da sociedade crioula, na qual ela adota a forma de um grupo de elite. A partir dessa fase, a unidade fundamental da sociedade crioula passou de grupos comerciais formados por parentesco bilateral para uma praça crioula mais heterogênea, que incorporava novos elementos, vindos das sociedades africanas do entorno, caracterizados como “grumetes” (empregados ou auxiliares). Os membros das antigas gãs se diferenciavam dos aglomerados de grumetes mediante uma “mística exclusividade”. As principais marcas dessa exclusividade eram uma “etiqueta linguística” que exaltavam o emprego da língua portuguesa, a moralidade cristã que podia ser expressa de diversas formas, como em atos de caridade, o uso e a posse de bens monetários, e um modo de vida tipicamente europeu (TRAJANO FILHO, 2016). Esses marcadores apontavam para uma narrativa de continuidade histórica multissecular: segundo o linguista colombiano Brian King, já nos últimos períodos do século XVI havia um forte reforço da cultura luso-africana nas regiões costeiras e ribeirinhas. Os comerciantes luso-africanos naquela época eram distinguidos pelas suas roupas ao estilo europeu, pelo uso de crucifixos, nomes portugueses, e o seu jeito de expressar a língua crioula misturado com o português e se identificavam como cristãos e como brancos (KING, 1989).

À medida que as “gãs crioulas” esforçavam-se para se transformar numa elite convertida ao cristianismo e civilizada, procurando ingressar nas escassas posições ofertadas pela administração colonial, e atuando como intermediários nas relações comerciais com os africanos reconvertidos, por força da nova legislação colonial, em “indígenas”, um grupo de oficiais portugueses e de comerciantes alemães, franceses e italianos que chegavam na região

buscavam se inserir nas teias de relações sociais estruturadas pelo critério de interdependência e se tornarem, eles próprios, “cabeças de incipientes Gãs” (TRAJANO FILHO, 2016).

Neste quadro de uma forte presença europeia nas praças guineenses, e de acesso direto europeu ao interior do território, a elite crioula, pequena e singular, necessitava de uma guarnição considerável para assentar seu projeto identitário. As duas primeiras décadas do século XX simbolizam uma etapa histórica de transição e mudança. A autoridade portuguesa fora totalmente implantada na Guiné após duas vitórias estratégicas, militares, contra as sociedades indígenas que reagiam à ocupação de seus territórios e a recusa de pagamento de impostos de palhota, por um lado, e, por outro, contra os luso-africanos educados da Liga Guineense, que pretendiam buscar nos seus subalternos, os grumetes da periferia crioula, o apoio em defesa da autonomia administrativa da antiga Guiné-Portuguesa, que lhes restituiria o prestígio perdido com a consolidação da administração colonial (TRAJANO FILHO, 2016).

Portanto, e contrariamente à opinião de Ribeiro, para Trajano Filho os luso-africanos da praça podem ter começado a recorrer, progressivamente, a uma identidade africana nos tempos das violentas guerras de conquista, decorrentes de 1885 a 1915, e iniciadas em cumprimento a exigências de ocupação efetiva ditada na Conferência de Berlim de 1884. Com a instalação de uma administração colonial forte, tornara-se óbvio que os luso-africanos que estampavam determinadas características culturais não tomariam parte completamente no novo regime colonial. Como observa King (1989), uma marca destas novas relações pode ser observada nas leis que orientavam a cidadania e o uso da língua.

Esta perda de influência dos luso-africanos em consequência de uma ampla e forte presença de administração colonial no período imediatamente posterior às guerras de conquista terá implicações em seus propósitos e terminará por ditar o seu próprio destino, como descreve Trajano Filho (2016):

Naquele momento, o projeto aparentemente hegemônico que ela elaborou para si mesma enfatizava duas dimensões da ideia de unidade na diversidade. A primeira dimensão a representava como uma totalidade heterogênea ancorada em um espaço mais amplo do que as praças, um espaço coincidente com o território da colônia que gradualmente se tornava integrado. A imagem espacial dessa totalidade englobava todos os aglomerados crioulos bem como os espaços não urbanos das pontas e dos entrepostos comerciais do interior.<sup>12</sup> Neste momento em que a sociedade crioula já não mais se percebia como uma elite homogênea que representava localmente os valores e interesses portugueses, a categoria híbrida de identificação “Guiné Portuguesa” começou a ganhar ascendência sobre outras. Passou a predominar a ideia de uma pluralidade formada por grupos diferenciados, mas ligados uns aos outros por uma identidade comum, por uma língua, formas de sociabilidade e uma história própria, mas por interesses muitas vezes conflitantes. Mas, numa segunda dimensão, tratava-se de uma totalidade subordinada lógica, social e politicamente – uma Guiné que era englobada pela categoria Portugal, que a partir do fim do regime monárquico em 1910 se fez ali presente como nunca dantes havia feito. E mesmo assim este foi um projeto derrotado. A ideologia colonial e a cultura política então em vigor na metrópole republicana não ofereceram, por algum tempo, espaço para a afirmação de uma diferença legítima. A sede civilizadora e cristianizadora portuguesa pretendia a tudo incorporar e mudar, a tudo tornar português. Porém, a debilidade da potência colonial não conseguiu mais do que fazer hibernar os projetos de autonomia, que renasceram revigorados nos anos 50 (TRAJANO FILHO, 2016, p. 920).

Desde meados da década de 50 do século XX, tinha-se iniciado a fase histórica marcada pela hegemonia crioula dos projetos identitários que evidenciavam o desejo de construção de projetos nacionais.

<sup>12</sup> “Pontas” eram os estabelecimentos rurais que produziam para alimentar o comércio das praças e presídios, quase sempre relacionados com as gãs crioulas. Durante a primeira metade do regime colonial, mantiveram-se como os principais espaços de produção econômica da colônia, e nas mãos das camadas crioulas. O processo de exportação dessa produção, ao contrário, passou a ser concentrado pelas firmas portuguesas estabelecidas nas cidades do litoral.

São vários projetos em competição que têm em comum pouco mais do que um entendimento da sociedade crioula como uma unidade incorporadora de diferenças regionais, étnicas, históricas, linguísticas e sociais. Aglutinados em dois extremos, a competição entre eles toma, por um lado, a forma de um projeto nacional de natureza universalista, racional e jurídica, cujos principais sujeitos formuladores foram o PAIGC e, mais tarde, o Estado que durante muito tempo o partido controlava. Trata-se de um projeto institucional que, em nome de um suposto universalismo, propõe uma nação claramente subordinada ao Estado e esvaziada de contradições e de sentido (TRAJANO FILHO, 2016, p. 920).

Esse ponto de vista é compartilhado por Raul Mendes Fernandes (1992), que afirma que foi uma elite oriunda da camada social crioula que exerceu a hegemonia e o domínio sobre esse Partido-Estado, ao menos durante seus primeiros anos, assim como sobre a ideologia nacional que orientava sua ação política.

No que refere a outros contextos sociopolíticos africanos verifica-se um dissenso no debate historiográfico entre aqueles que negam uma ligação histórica entre os movimentos de resistência e os movimentos nacionalistas modernos e de suas respectivas elites (novas e velhas), assim como aqueles que defendem suas possíveis conexões (RANGER, 2010). Uma revisão de análise feita por Afigbo (2010) permite entender o contexto sobre qual se deu este jogo de afastamento e aproximação entre estas duas facções de elite (velha e nova), na qual o sistema de instrução escolar colonial teve um papel importante. De pouco acesso e restrito a um punhado de indivíduos devido a um racismo que acompanhava a política de administrações coloniais que negava igualdade de direitos entre os brancos e um grande número de populações africanas, o acesso à escolaridade era o que distinguia a nova elite da antiga elite. A alfabetização era percebida por uma grande parte da população africana como uma “nova mística” capaz de abrir as portas para um mundo de fortuna.<sup>13</sup> Por ser uma chave para o

<sup>13</sup> A integração a nova classe de elite não dependia apenas acesso à escolaridade visto que nem todos que tinham esse acessório alcançavam esta posição social. O ingresso de alguns nesta classe se dava pelo seu

mundo de riqueza e ascensão social, as velhas elites de determinadas regiões da África não demoraram muito para implorar também a instrução escolar ocidental. Se no meio da elite nova integrava no seu meio gentes de diferentes categorias sociais, era difícil falar-se da existência de conflitos entre eles e velha elite. Pois, ao longo de todo século XIX e princípio do século XX, registrou-se uma coabitação entre a nova e velha elite, lembrando que nesse período a nova elite ocupava-se ainda do seu papel de intermediário de negócio entre as sociedades nativas atlânticas e comerciantes europeus. Uma vez consolidada a implantação da administração colonial emergiram conflitos entre os grupos. A própria nova elite foi traída pela sua expectativa de integrar as atividades na nova administração cujos cargos foram fortemente ocupados pelos quadros técnicos europeus e delegou certas responsabilidades locais a velha elite. O resultado desta exclusão levou a nova elite a voltar-se contra a velha. Mesmo assim, isso não pode levar a conclusão de que as relações entre a nova e velha elite tinha sido marcada pela boa convivência ou conflito aqui e ali, dado que o carácter dessas relações estava em função do contexto e do período. Segundo Ali A. Mazrui (2010) foi esta nova elite que, no período entre as guerras, iniciou as primeiras manifestações de carácter política, embora fosse em prol da sua própria causa.

Importa ressaltar que o caso guineense trata-se de uma peculiaridade no que refere a uma ligação/continuidade histórica entre os velhos movimentos de resistência e movimento de nacionalista, como Amílcar Cabral (1976) chamava atenção em seu discurso.

Ademais, na Guiné-Bissau a própria construção da elite nacionalista procedeu de forma diferente. O que se sabe é que foi a mesma elite emergente no contexto de troca comercial (constituída pela camada social crioula), que esteve à testa da direção intelectual do movimento nacionalista guineense, sendo a direção militar liderada por grumetes. Suas

poder económico conquistado por meio de oportunidades na agricultura vinculada à economia de exportação, com a qual financiavam atividades de interesses políticos e outros (AFIGBO, 2010).

políticas de hostilidade com relação a qualquer possibilidade de restauração de autoridade da velha elite e o combate a determinados aspectos culturais considerados como nocivos levou à perda da possibilidade de aliança política com este grupo, que rapidamente se alinhou ao poder colonial. É importante observar também que esta hegemonia crioula sobre a direção política do PAIGC, decorria lado a lado com a reconfiguração de uma nova elite, desta vez formada por pessoas vindas do meio “étnicos” que ascendiam aos cargos políticos na estrutura do partido por meio da carreira militar, construída durante a luta armada de libertação nacional, como base da sua legitimidade. A prolongada luta interna pelo controle do poder na direção do Partido e ao mesmo tempo do Estado, que se opunha violentamente a qualquer fator tida como ameaça a política da unidade entre Guiné e Cabo Verde, causou situações de divergências que no fim desembocaram no primeiro golpe de Estado, em 14 de novembro de 1980. Esse evento deu fim ao projeto de unidade binacional com Cabo Verde (MENDES FERNANDES, 1993), e também trouxe para o primeiro plano as demandas políticas de uma nova fração da elite partidária. Este golpe de Estado foi a consequência uma crise que se arrastou desde o período de luta armada de libertação nacional, enraizadas nos seguintes fatores:

- as lutas fratricidas de longa data entre a ala militar e direção política do PAIGC;
- as contradições entre guineenses e cabo-verdianos em relação ao projeto de Estado binacional desejado pelo PAIGC, mas mal aceite e mesmo mal vivido pelas populações dos dois países destinados a união;
- as dificuldades nascidas da passagem da teoria de Estado revolucionário à prática administrativa num contexto mal preparado para esta experiência (KOUAWO, 2001, p. 131).

Após refletirmos sobre a produção da *Soronda* com relação ao tema nação e identidade nacional bissau-guineense, e ao tema que debruça sobre as primeiras bases fundantes da nação guineense, é necessário analisar o debate sobre Estado e Desenvolvimento na África, com destaque para o caso da Guiné-Bissau.

### **2.3 Estado e Desenvolvimento em África: o caso da Guiné-Bissau**

Neste tópico será feita a análise do debate sobre a construção de Estado guineense e sua relação com a política do desenvolvimento no país, reunido em *Soronda*, contrastando com os processos políticos, econômicos e sociais que se desenrolaram ao longo do período estudado na Guiné-Bissau e no continente africano de modo geral.

Para esta seção foram selecionados como fios condutores quatro artigos: o do sociólogo bissau-guineense, Faustino M'Bali e o da economista política estadunidense, Rosemary E. Galli, publicados na série 1, número 8 (1989); o artigo do historiador e cientista político estadunidense, Joshua Forrest, e o do cientista político francês, Patrick Chabal, presentes na série 1, n. 15 (1993). Os trabalhos de M'Bali, Galli e Forrest abordam o tema a partir de uma dimensão contextual; e o de Chabal a partir de um âmbito mais amplo, o da comunidade lusófona. Esses artigos foram escolhidos por entendermos que a compreensão da dinâmica do desenvolvimento da Guiné-Bissau passa necessariamente pelo entendimento dos desafios para a construção do próprio Estado guineense, visto que é a esta entidade que a política do desenvolvimento foi reservada nos primeiros períodos da independência dos Estados africanos. Como partes do objeto de análise, outros trabalhos como os de Lars Rudebeck (2001) e de Fafali Koudawo (2001), publicados no âmbito do INEP, assim como os textos de Franz Fanon (1969) e Kwame Nkrumah (1967), que serão utilizados como contraponto para compreender os artigos que estruturam a linha argumentativa desta seção.

O olhar perspicaz de Joshua B. Forrest (1993) permite compreender o cenário de dilema institucional do Estado pós-colonial guineense vivido nas primeiras décadas do pós-independência, que revela um quadro marcado pela contradição entre aquilo que estava consagrado no discurso nacionalista e a prática governamental levada a cabo pela nova elite política instalada no poder.

Segundo este autor, os desafios concernentes à construção do Estado guineense, colocados a estas novas lideranças políticas que assumiram o poder de Estado, devem-se à sua falta de preparação administrativa e técnica em lidar com a gestão do próprio Estado, visto que uma boa parte deles vieram de uma experiência de longos anos da luta armada de libertação nacional na qual lidavam apenas com os cargos políticos e militares no Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo-verde (PAIGC).

Isso se deve em grande medida à própria natureza política peculiar do colonialismo português, que desde sempre negou aos guineenses o acesso à instrução escolar e técnica, assim como aos cargos de alto e médio escalão na administração, ocupados por um quadro técnico formado por pessoal recrutado na metrópole ou a partir de Cabo Verde.

Conforme Forrest, durante os anos iniciais da independência, os esforços destes dirigentes estatais foram investidos mais no desenvolvimento institucional do Estado do que no próprio desenvolvimento no sentido lato do termo. Suas principais preocupações centravam-se mais na consolidação e fortalecimento do poder burocrático do Estado, de modo que atendesse a seus interesses políticos. Os dirigentes estatais guineenses buscavam, acima de tudo, garantir aquilo que o autor chama de “autonomia institucional” para si, por meio de uma política de expansão de estruturas burocráticas concluídas mediante um aumento acelerado de entidades governamentais e de seleção de um número expressivo de novos funcionários de Estado (FORREST, 1993).

À medida que era empreendido esse esforço para sua construção, o Estado guineense lidava também com a política do desenvolvimento, lembrando que o desenvolvimento socioeconômico do país constituía o programa maior do PAIGC, sendo uma das tônicas que inundam os discursos do seu secretário-geral, Amílcar Lopes Cabral, durante a luta armada de libertação nacional.

Galli (1989) recorda que no princípio da década de setenta, o Estado independente da Guiné-Bissau tinha anunciado o plano de desenvolvimento do país com base na rentabilidade da agricultura, visando investir na industrialização. Segundo M'Bali (1989) o termo “progresso” era a bandeira de propaganda do Estado, que também tinha como preocupação a “modernização” do país, sendo que o desenvolvimento econômico era simbolizado pela palavra de ordem “reconstrução nacional” (M'BALI, 1989), um *slogan* usado como retórica da propaganda política pelo PAIGC desde as vésperas da independência da Guiné-Bissau.

Conforme Galli (1989), a preocupação com a industrialização do país já se fazia sentir desde o III Congresso do PAIGC, realizado na capital Bissau, de 26 a 31 de julho de 1977. Nessa ocasião, a indústria foi proclamada como um setor econômico capaz de dar impulso à economia do país, que teria a agricultura camponesa como sua base de sustentação. Apesar disso, não se registrou nenhum tipo de crescimento em qualquer dos dois setores mencionados, devido à insuficiência de investimento nas infraestruturas indispensáveis para maximizar a produtividade no campo e para lançar um programa consequente de industrialização (GALLI, 1989). A aposta no desenvolvimento por via da industrialização acompanhou a preocupação dos dirigentes estatais durante os primeiros períodos da independência da Guiné-Bissau. Ao longo de cinco anos o país defrontou-se com o impasse de escolher entre o desenvolvimento agrícola ou industrial (M'BALI, 1989).

Na década iniciada em 1986, a postura do Estado da Guiné-Bissau se localizou entre a lógica da acumulação capitalista e a política da liberalização comercial que, na época,

produzia resultados, cujos sinais eram apenas notáveis na nova classe comercial. A própria acumulação estava em função da oportunidade cuja carência definia a desigualdade entre os detentores de privilégios do Estado (os funcionários públicos e nova classe empresarial) e as classes mais desfavorecidas da sociedade guineense (a população rural), que sempre tiveram pouco acesso aos altos cargos no aparelho de Estado independente, conquistado à custa dos seus próprios sacrifícios durante a luta armada de libertação nacional.

Os altos cargos do poder de Estado estavam apenas reservados ao grupo social que estampava a etiqueta de civilizado, uma elite formada na base dos interesses da ideologia colonial composta sobretudo pelos elementos crioulos. A capacidade de ler e escrever em língua portuguesa era o marcador da diferença entre um civilizado de um não-civilizado. Foi esta habilidade que, ainda no período de contato comercial, deu ao civilizado a possibilidade de atuar como intermediário na troca entre os portugueses e africanos. A sua posição social era definida a partir desta função (GALLI, 1989).

Compreende-se que a apropriação de Estado marcada pela forte hegemonia da elite crioula implica também a apropriação dos recursos produzidos por esta entidade, visto que o Estado, na África em geral, assim como na Guiné-Bissau em particular, é o maior detentor do controle monetário, econômico e financeiro. O acesso a esta entidade era possível apenas àqueles que detinham o capital simbólico (cultural ou escolar, especialmente o domínio da leitura e escrita) – uma herança colonial, reservada quase que exclusivamente aos crioulos.

Na Guiné-Bissau pós-colonial, a capacidade de manipulação da escrita e da leitura continuou sendo a chave de ascensão social e de acesso aos privilégios de Estado. Os crioulos só podiam lograr as mais altas posições políticas, econômicas e sociais graças a esta arte cara a uma grande massa de gentes da origem camponesa. A tradição de intermediário, que marcou a sua história desde os tempos do comércio afro-atlântico no século XVI, foi reproduzida por

esta camada de elite que submeteu o poder político do país a este papel, observadas a partir suas relações com os seus parceiros internacionais (GALLI, 1989).

Numa crítica contundente ao comportamento das elites políticas pós-coloniais africanas, Franz Fanon (1969), na sua obra mais famosa, *Os condenados da terra*, observou que a burguesia, que assumiu o poder no fim do regime colonial, era uma burguesia subdesenvolvida. Não detinha quase nenhum poder econômico em comparação com a burguesia metropolitana a qual pretendia substituir. No meio desta burguesia nacional não existiam nem industriais sequer grupos financeiros. A burguesia dos países subdesenvolvidos não se orientava para a produção, a invenção, a construção, o trabalho. Estava totalmente voltada para as atividades de tipo intermediário.

Portanto, a diferença entre o civilizado e o indígena podia ser observada na estrutura social e no sistema educativo que os distinguiu na Guiné e em outros territórios coloniais africanos da coroa portuguesa. E no que concerne à Guiné-Bissau em particular, era notório que a conjuntura social também incorporava atores políticos estrangeiros que atuavam fortemente na política econômica. O seu sistema educativo tinha apoio dos seus vários parceiros internacionais como Portugal, Cuba, Alemanha Oriental e os Estados Unidos. O seu currículo do ensino era o reflexo das próprias experiências da elite crioula (os civilizados) cujo propósito era a reprodução dos seus quadros administrativos. Tanto o sistema educativo assim como o da saúde pública espelhavam a posição dominante da elite crioula na sociedade guineense pós-colonial, que, aos olhos dos atores estrangeiros, especialmente seus financiadores, era bem-vista uma vez que lhes daria acesso aos recursos escassos do país (GALLI, 1989). As tentativas de assegurar o ritmo de ampliação, todavia, tinham sido um dos principais elementos que dificultaram a execução de reformas no sistema educativo herdado do colonialismo.

Não havia tempo para interrupções, para proceder a mudanças radicais, reciclar o pessoal e criar novas orientações. Via de regra, o discurso permanente acerca da necessidade de uma reforma pedagógica não se traduzia senão por modificações de fachada, e enquanto o sistema em vigor reproduzia-se e ao passo que a demanda progredia e os créditos aumentavam (HABTE e AGAW, 2010, p. 832-833).

Uma vez que se tratava de um instrumento que alimenta a reprodução do poder hegemônico da elite, nos países africanos pós-coloniais pouco se via em termos de preocupação com a celeridade na reforma estruturais no sistema de ensino. A instrução escolar continuou sendo um potencial instrumento de mudança social, em grande parte dos países africanos a educação foi expandida e democratizada, ainda que várias elites e classes profissionais pudessem tirar ainda vantagens para si (HABTE e WAGAW, 2010), por meio de estratégias que lhe permitissem manter e reproduzir a sua hegemonia, de modo a possibilitar a manutenção sob sua tutela o controle dos recursos do país, ou submetê-los aos interesses estrangeiros, como no caso guineense, conforme aponta Galli (1989).

Esta subordinação dos recursos nacionais aos interesses estrangeiros com a cumplicidade da elite local é o que Kwame Nkrumah (1967) chama de neocolonialismo, que “hoje representa o imperialismo no seu estágio final e talvez o mais perigoso”. O colonialismo de antigo modo não está, de forma alguma, abolido. Ainda é um problema africano a ser resolvido. “Em lugar do colonialismo”, como principal ferramenta do capitalismo, “temos o neocolonialismo”, cuja “essência” é de que “o Estado que a ele está sujeito é, teoricamente, independente e tem todos adornos exteriores da soberania internacional. Na realidade, seu sistema econômico e portanto seu sistema político é dirigido do exterior” (NKRUH, 1967, p. 1).

Em suma, o Estado da Guiné-Bissau, marcado por desafios ligados a sua construção nos primeiros períodos da independência e que tinha na agenda de suas preocupações o desen-

volvimento por meio da industrialização, transformou-se em instrumento de disputa e apropriação daqueles cujo destino histórico reservou o acesso às suas estruturas burocráticas. Em vez de servir-se como instrumento para o desenvolvimento nacional que contemple os seus cidadãos, quer urbanos, quer rurais, passou a servir aqueles que tiveram condições ao seu acesso.

Em meados da década de 1980 o Estado guineense passou por um conjunto de reformas econômicas, impostas pelas instituições financeiras internacionais – Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) – que lhe forçou a atrelar sua economia do mercado interno ao mercado econômico internacional. Estas instituições tiveram um papel importante na política dos países africanos, especialmente Guiné-Bissau que durante este período recebeu do Banco Mundial, em 1989, um empréstimo de 22 milhões e no mesmo ano afirmou uma linha de crédito com o FMI (FORREST, 1993).

Diante da falta de uma autonomia econômica, que poderia ser suprida com a industrialização do país, o governo guineense empenhou-se na busca de apoios junto aos seus parceiros internacionais para financiar seus projetos de desenvolvimento, provimento alimentar e pagamento de dívida contraída dos seus credores, em avultadas quantias de milhões de dólares. Sua dívida externa era somada num total de 423 milhões de dólares nos últimos períodos de 1988, equivalente a 300 por cento do produto interno bruto (PIB). Essa situação de virtual falência implicou a incapacidade de cobrir os custos de mais de metade das suas despesas orçamentárias integrais, o que forçou o Estado a recorrer aos doadores externos para cobrir o déficit por meio de donativos (FORREST, 1993).

A assistência ao desenvolvimento, sob a forma de donativos sem exigências ou de empréstimos a baixos juros e de longo prazo foi concedida generosamente a Guiné-Bissau por uma diversidade de fontes, como revela o quadro abaixo:

**Quadro 2.1. Assistência ao desenvolvimento recebida pela Guiné-Bissau, 1986-1987**

<b>Tipos de assistência</b>	<b>Ano</b>	<b>Milhões de dólares</b>	<b>Ano</b>	<b>Milhões de dólares</b>
<b>Assistência bruta ao desenvolvimento</b>	<b>1986</b>	<b>106,3</b>	<b>1987</b>	<b>72,2</b>
<b>Ajuda multilateral</b>				<b>54,2</b>
<i>Banco Mundial</i>				<i>18,6</i>
<i>Fundo Africano para o Desenvolvimento</i>				<i>13,3</i>
<i>Comunidade Europeia</i>				<i>11,1</i>
<i>Nações Unidas</i>				<i>4,3</i>
<b>Ajuda direta bilateral</b>				<b>52,1</b>
<i>Suécia</i>				<i>12,7</i>
<i>Holanda</i>				<i>9,6</i>
<i>Itália</i>				<i>7,2</i>
<i>França</i>				<i>5,1</i>
<i>E.U.A.</i>				<i>4,0</i>
<i>Suíça</i>				<i>4,0</i>

Fonte: Elaborado a partir de Forrest, 1993.

Segundo Forrest (1993), a multiplicidade e a dimensão dos projetos de desenvolvimento financiados pelos parceiros econômicos internacionais da Guiné-Bissau leva a questionar sobre o porquê de não se terem notado grandes transformações nos setores agrícola e econômico ao longo do período pós-colonial. Para ele, isso só pode se justificar pela ausência de “coordenação” de conjuntos de projetos financiados e nas “dificuldades burocráticas” que são qualidades de um “Estado suave”.

Se a dependência externa é percebida nas últimas décadas do século XX como um dos motivos de fragilidade das economias africanas, no caso da Guiné-Bissau ela garantiu ao Estado a segurança financeira e autonomia perante a economia interna, assim como mudou a natureza e a orientação do mesmo. Por mais que ela fosse a preocupação dos analistas atentos à dinâmica política e econômica africana, na Guiné-Bissau dos anos de 1990 virou o motivo de orgulho entre aqueles que transitam no circuito do poder de Estado, como bem descreve Forrest (1993):

os dirigentes estatais celebram abertamente as suas recentes alianças com agentes econômicos de Europa Ocidental e América do Norte, e têm dispensado grande atenção a estas ligações. Nas suas escolhas e acções os dirigentes estatais têm-se aproximado muito mais do mundo ocidental do que na primeira fase do período pós-colonial. Em última instância, como resultado disso não só teve lugar uma ocidentalização cada vez maior da cultura de elite de Bissau, mas também aumentou a importância política da influência ocidental na contínua procura de autonomia por parte do Estado (FORREST, 1993, p. 86).

Forrest (1993) observa ainda que o fato destes dirigentes políticos terem alcançado a autonomia econômica e institucional, a distância que separava o Estado da sociedade civil tornou-se enorme ainda mais do que na década de 80 do século XX, uma vez que estes se isolaram cada vez mais do povo para quem governavam. Como constata M' bali (1989) o aparelho administrativo e político ainda é sentido pela população como algo alheio ao seu mundo (que por sua vez valia-se da resistência passiva, uma estratégia de luta usada desde do período colonial, contra o Estado pós-colonial guineense). A atitude desta natureza constituía tal atitude é, uma das grandes dificuldades para o funcionamento do próprio Estado que, por seu lado, não soube reestruturar-se.

E, no que respeita as políticas públicas muitas coisas deixavam a desejar, visto que as discrepâncias políticas e a disputa pelo poder travados entre várias instituições do Estado, como as tensões políticas e étnicas entre governantes prejudicaram ainda mais a capacidade do Estado para implementá-las. Enquanto se aproximava os anos noventa, o alcançar da autonomia do Estado não fora seguido por uma mais alta capacidade de implementação da política. Enquanto os dirigentes do Estado da Guiné-Bissau refletiam sobre possíveis dificuldades colocadas a autonomia estatal e os mecanismos de livrá-los, uma segunda série de exigências externas os levaria a repensar a convivência entre o Estado e a sociedade civil. A sua persistente dependência econômica junto aos organismos financeiros internacionais

tornou o Estado guineense vulnerável às imposições do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial para a implementação do multipartidarismo e a democracia a modo ocidental (FORREST, 1993). O problema que se verifica é que a própria dependência concernente à ajuda ao desenvolvimento fragiliza a democracia, sobretudo quando ela é naturalizada como no caso guineense (RUDEBECK, 2001).

Quanto ao próprio desenvolvimento da Guiné-Bissau, Galli (1989) retoma a análise de Lars Rudebeck, ressaltando que a sua ausência no país se deve à ausência do poder emanado do povo. M'bali (1989), por seu lado, defende a ideia de que para tratar das prioridades do país no âmbito do desenvolvimento nacional coloca-se de modo implícito a questão da definição de uma política nacional do desenvolvimento, cujas dificuldades de ordem interna devem-se ao Estado guineense, uma vez que na África o Estado é tido ainda como uma entidade promotora do desenvolvimento e da mudança social, uma tese que parece ser contestada pelo cientista político francês, Patrick Chabal (1993) que considera ser bastante utópico pensar o Estado como o motor do desenvolvimento econômico, quer socialista, quer capitalista. Se no sudeste Asiático e no Extremo Oriente ele tem tido um papel ativo notório nas taxas de crescimento econômico, em África o Estado pós-colonial transforma-se numa máquina principal de fortalecimento do poder individual e coletivo. E, deste modo, ele tem possibilitado aos seus dirigentes e a todos aqueles vinculados a ele terem acesso aos recursos apoderados pelo Estado e por meio dele, usados para finalidade que têm dado prejuízo ao crescimento e desenvolvimento econômico.

Portanto, se a educação é um mecanismo de empoderamento individual ou coletivo (de um grupo que se apodera dela) não era de esperar que em contexto colonial e pós-colonial que ela fosse acessível a uma grande massa de gente marginalizada (as populações rurais), uma vez que tendo ela os afortunados terão as condições de ascensão social e capazes de disputar os espaços formais institucionais sempre dominada por uma franja da elite crioula.

Não é por acaso que a escolha do português e não como língua oficial, foi um dispositivo privilegiado de conservação do capital político das elites crioulas e que os distingue e define espaços entre eles e a grande massa. Por outro lado, o desenvolvimento esperado dos programas de ajuste estrutural traduziu-se em fracasso do próprio Estado guineense que em meio as exigências das agências de financeiras não tinha outra saída que não fosse a da submissão ao pluralismo político. Segundo Fafali Koudawo (2001) as mudanças da conjuntura internacional ocorrida na década de oitenta impactaram em grande medida o sistema político guineense, uma vez que vento que seguia em direção a mudança arrastou a Guiné-Bissau rumo ao pluralismo político, numa altura em que país estava estrangulada a dependência do financiamento externo a sua economia dirigida por uma elite vulnerável que não via outras alternativas além de entregar-se às regras de jogo democráticas, impostas de fora, emergentes no princípio da década de 1990.

Neste tópico vimos que a análise sobre o desenvolvimento na Guiné-Bissau passa necessariamente pela compreensão da dinâmica da construção do próprio Estado guineense, que também lidava com as dificuldades da inexperiência de ordem administrativa e técnica de seus agentes, preocupados mais com o próprio desenvolvimento institucional do que com o desenvolvimento no sentido lato do termo. Vimos também que a substituição de um quadro administrativo por uma nova gama inexperiente da elite administrativa trouxe apenas acúmulos de problemas existentes enfrentados pelo Estado. Neste sentido, como não havia alternativa diante destas crises de experiências, o que restou destes dirigentes estatais foi o reforço do seu poder de controle ao Estado, criando condições para o seu enriquecimento em detrimento dos camponeses que constituíram a grande massa da população guineense.

Constatamos que, à medida que o Estado guineense enfrentava dilemas ao longo do processo de sua construção lidava também com a política do desenvolvimento do país, uma preocupação que era característica dos estados africanos pós-coloniais. Na Guiné-Bissau esta

preocupação tinha como pano de fundo o investimento na agricultura como base que deveria sustentar a industrialização do país, que doravante revelou-se um fracasso.

Destacamos que, uma vez que o Estado guineense se transformou num espaço de acumulação de riqueza, seu acesso dependia de capacidade da leitura escrita, usada como fonte de legitimidade para o controle do Estado e seus recursos. Por outro lado, o desenvolvimento tão sonhado redundou num fracasso devido à falta de coordenação de projetos e de carências de ordem burocráticas.

## Considerações finais

---

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau, da utopia tornou-se uma realidade num país saído havia pouco mais de uma década de uma luta armada que durara quase onze anos. Teve um desenvolvimento invejável e consolidou-se em termos institucionais, conquistando, no decorrer do tempo, um reconhecimento nacional e internacional por meio dos trabalhos de estudos e investigação científicas desenvolvidas pelos seus pesquisadores permanentes e associados (nacionais e estrangeiros). A fundação da sua revista, *Soronda: revista de estudos guineenses*, representou uma outra materialidade dos sonhos intelectual dos jovens fundadores do INEP.

Apesar deste grande feito, é interessante notar que a criação do INEP por estes jovens da elite intelectual crioula que circulavam na esfera do poder para contribuir por meio da pesquisa científica, com a implementação de um projeto político gestado por eles mesmos, parte importante dessa produção científica não se trata exatamente de uma crítica do papel que as elites crioulas desempenharam ao longo da história e particularmente no pós-independência. Não se conformaram ao apelo feito por Amílcar Cabral no que se diz respeito ao suicídio em termos de classe ou de assumirem uma postura intelectual de crítica ao poder como defende Edward Said (1996), além da elaboração teórica que alimentava o tipo de projeto de nação que pretendiam instaurar na Guiné-Bissau. Isso pode ser percebido num pequeno conjunto de reflexões sobre a temática da nação, identidade nacional e unidade nacional, cujas construções políticas teriam que passar pelos princípios, que cada vez ignoravam e excluía a diversidade sociocultural do país, aquela ancorada nas formulações dos teóricos ocidentais.

Sobre a nação, percebe-se nas formulações dos intelectuais do INEP a tensão entre a consciência nacional e consciência étnica como o obstáculo ao desenvolvimento da primeira;

ou seja, a consolidação da nação guineense dependeria da morte simbólica da visão do mundo étnica.

Quanto a identidade nacional e a unidade nacional, o símbolo (a língua crioula) representa mais a criouldade do que a própria diversidade sociolinguística e cultural da Guiné-Bissau.

A compreensão da realidade contemporânea da política guineense passa necessariamente pela leitura do seu passado, sobretudo dos seus sujeitos históricos que hoje compõem a sua sociedade, constituída por camadas sociais diversificadas cujas relações do passado pré-colonial e colonial demarcam os espaços sociais atuais e movem os jogos de aproximações e distanciamento entre os desfavorecidos e os detentores do acesso ao poder, privilégios e os recursos do Estado. Esse acesso dependia, em grande medida, de um certo nível de instrução escolar negada à grande massa da população rural e restrita apenas, durante a luta de libertação e nos primeiros anos da independência, a uma camada social, os crioulos. A educação como arma de empoderamento não era de se esperar que fosse, em contexto colonial e pós-colonial, acessível a todos, uma vez sua obtenção daria aos afortunados as condições de mobilidade e ascensão social, tornando-os capazes de disputar os espaços do poder e tomar para si ou para toda coletividade os recursos escassos do desenvolvimento social e econômico da Guiné-Bissau.

## Referências bibliográficas

---

- ACHINGER, Gertrud. O meu INEP. **Soronda: revista de estudos guineenses**, Bissau, série I, n. 19, p. 131-137, 1995.
- ACTON, Lord. Nacionalidade. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002 [1862], p. 23-43.
- ALMEIDA, Hilda Maria Ferreira de. **Educação e transformação social: formas alternativas de educação em país descolonizado**. Dissertação (Mestrado em Educação), Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1981.
- AFIGBO, Adiele Eberechukuwu. Repercussões sociais da dominação colonial: novas estruturas sociais. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010, p. 567-589 (História geral da África, VII).
- ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BALEIRA, Sérgio. Nações concorrentes: estratégias de construção da identidade. In: FRY, Peter (Org.). **Moçambique: ensaios**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001, p. 157-179.
- BAUER, Otto. A nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002 [1924], p. 45-83.
- BENOT, Yves. **Ideologias das independências africanas**. Luanda: INALD, 1981. 2v.
- BREUILLY, John. Abordagens do nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002 [1994], p. 155-184.
- CABRAL, Amílcar. Partir da realidade do nosso país: ser realista. In: **A arma da teoria**. Lisboa: Seara Nova, 1976. v. 1: Unidade e luta.
- CARDOSO, Carlos. A historicidade da construção nacional na Guiné-Bissau. In: COLÓQUIO A construção da nação em África, 1., 1989, Bissau. **A construção da nação em África**. Bissau: INEP, 1989, p. 267-280.
- CHABAL, Patrick. O Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa. **Soronda: revista de estudos guineenses**, Bissau, série I, n. 15, p. 37-55, 1993.
- DJALÓ, Ibrahima. Contribuição para uma reflexão: educação, multilinguismo e unidade nacional. **Soronda: revista de estudos guineenses**, Bissau, série I, n. 3, p. 101-110, 1987.
- FALOLA, Toyn. Nacionalizando a África, culturalizando o Ocidente e reformularizando as humanidades na África. In: LAUER, Helen; ANYIDOHO (Orgs.). **O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas**. Brasília: FUNAG, 2016, v. I, p. 99-132.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. Entre tribos, raças e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos de Argel, 1960-1980. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. **Projetos de nação e investigação acadêmica: as revistas Estudos Moçambicanos e Soronda: revista de estudos guineenses**. Projeto de pesquisa (Programa Institucional

- de Bolsas de Iniciação Científica), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2017.
- FORREST, Joshua B. Autonomia burocrática, política e política num Estado “suave”: o caso da Guiné-Bissau. **Soronda: revista de estudos guineenses**, Bissau, série I, n. 15, p. 57-95, 1993.
- GALLI, E. Rosemary. Estado e sociedade na Guiné-Bissau. **Soronda: revista de estudos guineenses**, Bissau, série I, n. 8, p. 87-103, 1992.
- GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e de classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002 [1993], p. 107-153.
- HABTE, Aklilu; WAGAW, Teshome. Educação e mudança social. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 817-845. (História geral da África, VII).
- HANDEM, Diana Lima. A luta de libertação e formação da nação guineense. In: COLÓQUIO A construção da nação em África, 1., 1989, Bissau. **A construção da nação em África**. Bissau: INEP, 1989, p. 267-280.
- HAVIK, Philip J. A dinâmica das relações de gênero e parentesco num contexto comercial: Um balanço comparativo da história sobre a região da Guiné-Bissau séculos XVII e XIX. **Afro-Ásia**, Salvador n. 27, p. 79-120, 2002. Disponível em: <<http://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21033/13632>>, acesso em: 17 mar. 2019.
- HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde de 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOUNTONDJI, Paulin. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. **Revista crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 149-160, 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/699>>, acesso em: 13 jul. 2019.
- HROCH, Miroslav. Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional na Europa. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002 [1993], p. 85-104.
- KOUDAWO, Fafali. Guiné-Bissau: o país da dupla transição. In: **Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal**. Bissau: INEP, 2001, p. 129-151.
- LOPES, Carlos. A Guiné-Bissau à procura de um modelo social. **Soronda: revista de estudos guineenses**, Bissau, série I, n. 1, p. 5-4, 1986.
- LOPES, Carlos. A questão nacional e a Guiné dita “Portuguesa”. In: **COLÓQUIO A construção da nação em África**, 1., 1989, Bissau. A construção da nação em África. Bissau: INEP, 1989, p. 243-265.
- LOPES, Carlos. **Para uma leitura sociológica da Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1988.
- LOPES, Carlos. **Transição histórica na Guiné-Bissau**. Lisboa: INEP, 1987. (Kacu martel, 2).
- M’BALI, Faustino. O Estado e os camponeses perante o constrangimento do desenvolvimento na Guiné-Bissau. **Soronda: revista de estudos guineenses**, Bissau, série I, n. 8, p. 63-85, 1992.
- MAZRUI, Ali A. O horizonte 2000. In: MAZRUI, Ali; WONDJI, Christopher (Eds.). **África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010a, p. 1095-1131. (História geral da África, VIII).
- MAZRUI, Ali A. “Procurai primeiramente o reino político...”. In: MAZRUI, Ali; WONDJI, Christopher (Eds.). **África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010b, p. 125-149. (História geral da África, VIII).

- MELLO, Renato. A nação de Renan: tradução da conferência Qu'est-ce qu'une nation? de Ernest Renan, feita em 11 de março de 1882 no grande anfiteatro da Sorbonne, precedida de uma apresentação crítica. **Caligrama**, Belo Horizonte, n. 4, p. 139-180, 1999.
- MENDES FERNANDES, Raúl. DEZ anos do INEP. **Soronda: revista de estudos guineenses**, Bissau, série I, n. 19, p. 142-143, 1997.
- MENDES FERNANDES, Raúl. Partidos únicos e poderes tradicionais. **Soronda: revista de estudos guineenses**, Bissau, série I, n. 16, p. 39-50, 1993.
- MENDY, Peter Karibe. Amílcar Cabral e a libertação da Guiné-Bissau: contexto, desafios e lições para uma liderança africana efetiva; natureza da dominação colonial portuguesa. In: LOPES, Carlos (Org.) **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral**. São Paulo: Unesp, 2012.
- MKANDAWIRE, Thandika. African intellectuals and nationalism. In: **African intellectuals: rethinking politics, language, gender and development**. New York: Zed Books, 2005, p. 10-51.
- NKRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo: último estágio de imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- RANGER, Terence O. Iniciativas e resistências africanas em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 52-73. (História geral da África, VII).
- RIBEIRO, Carlos. Articulação histórica dos povos da Senegâmbia pré-colonial: os crioulos como embrião da Nação guineense. In: COLÓQUIO A construção da nação em África, 1., 1989, Bissau. **A construção da nação em África**. Bissau: INEP, 1989, p. 219-241.
- RUDEBECK, Lars. **Colapso e reconstrução política na Guiné-Bissau, 1998-2000: um estudo de democratização difícil**. Uppsala: The Nordic Africa Institute, 2001.
- RUDEBECK, Lars. Há dez anos atrás. **Soronda: revista de estudos guineenses**, Bissau, série I, n. 19, p. 126-129, 1995.
- SAID, Edward. **Representaciones del intelectual**. Madrid: Paidós Studio, 1996.
- SANÉ, Samba. A contribuição do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau para Sustentabilidade Científica e o Desenvolvimento. **Revista de Administração**, Frederico Westphalen, v. 9 n. 14 p. 65-96, 2009. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeadm/article/download/911/1378>>, acesso em: 23 jun. 2019.
- SANTOS, Manuel dos. Guiné-Bissau: a formação da Nação. In: COLÓQUIO A construção da nação em África, 1., 1989, Bissau. **A construção da nação em África**. Bissau: INEP, 1989, p. 189-197.
- SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.) **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002 [1992], p. 185-205.
- SORONDA: revista de estudos guineenses**, Bissau, série I, n. 1, 1986.
- SORONDA: revista de estudos guineenses**, Bissau, série I, n. 19, 1995.
- SORONDA: revista de estudos guineenses**, Bissau, série I, n. 7, 1989.
- SORONDA: revista de estudos guineenses**, Bissau, série II, n. 1, 1997.
- THIAM, Iba Der; MULIRA, James. A África e os países socialistas. In: MAZRUI, Ali; WONDJI, Christopher (Eds.). **África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 965-1001. (História geral da África, VIII).

TRAJANO FILHO, Wilson. O projeto nacional na Guiné-Bissau: uma avaliação. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 913-943, 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24227>>, acesso em: 9 jan. 2018.

TRAJANO FILHO, Wilson. Soronda e a produção intelectual no INEP. **Soronda: revista de estudos guineenses**, Bissau, série II, n. 5, p. 143-172, 2002.

WONDJI, Christopher. Os Estados e as culturas da costa da Alta Guiné. In: ALLAN, Bathwell (Ed.). **África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010a, p. 1095-1131. (História geral da África, V).

WONDJI, C. Posfácio: cronologia da atualidade africana nos anos 1990. In: MAZRUI, Ali; WONDJI, Christopher (Eds.). **África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010b, p. 1095-1131. (História geral da África, VIII).

YANKAH, Kwesi. A globalização e o acadêmico africano. In: LAUER, Helen; ANYIDOHO (Orgs.) **O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas**. Brasília: FUNAG, 2016, v. I, p. 135-161.